

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Sophia Silva de Mendonça

**A INTERSECCIONALIDADE ENTRE AUTISMO E TRANSGENERIDADE: diálogos
afetivos no Twitter**

Belo Horizonte
2022

Sophia Silva de Mendonça

**A INTERSECCIONALIDADE ENTRE AUTISMO E TRANSGENERIDADE: diálogos
afetivos no Twitter**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sônia Caldas Pessoa

Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Belo Horizonte

2022

301.16 Mendonça, Sophia Silva de.
M539i A interseccionalidade entre autismo e transgeneridade
2022 [manuscrito] : diálogos afetivos no Twitter / Sophia Silva de
Mendonça. - 2022.
78 f. : il.
Orientadora: Sônia Caldas Pessoa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Comunicação – Teses. 2. Afetividade - Teses.
3.Pessoas transgênero – Identidade - Teses. 3.Transtornos do espectro autista - Teses. I. Pessoa, Sônia Caldas.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"A INTERSECCIONALIDADE ENTRE AUTISMO E TRANSGENERIDADE: diálogos afetivos no Twitter"

Sophia Silva de Mendonça

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **23 de fevereiro de 2022**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos(as) seguintes professores(as):

Profª Sônia Caldas Pessoa - Orientadora
UFMG

Profª Camila Maciel Campolina Alves Mantovani
UFMG

Prof. Juarez Guimarães Dias
UFMG

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Caldas Pessoa, Coordenador(a) de curso**, em 25/02/2022, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata da Defesa de Dissertação de **SOPHIA SILVA DE MENDONÇA**

Número de Registro na UFMG: 2020657044

Às quatorze horas do dia vinte e três de fevereiro de 2022, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais reuniu-se a comissão examinadora, constituída pelo professor doutor Juarez Guimarães Dias (UFMG) e pelas professoras doutoras Sônia Caldas Pessoa (Orientadora - UFMG) e Camila Maciel Campolina Alves Mantovani (UFMG). A comissão reuniu-se para julgar o trabalho final da aluna de mestrado Sophia Silva de Mendonça, intitulado "**A INTERSECCIONALIDADE ENTRE AUTISMO E TRANSGENERIDADE: diálogos afetivos no Twitter**", requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, área de concentração Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, linha de pesquisa Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades. Abrindo a sessão, a orientadora e presidente da comissão, professora Sônia Caldas Pessoa apresentou a banca, e em seguida passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho final. Após a apresentação, seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa de Sophia Silva de Mendonça. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão Examinadora julgou a candidata **apta a receber o grau de Mestre em Comunicação Social**. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão, que solicitou registrar, ainda, sua aprovação "com louvor", dando-se ao encerramento da sessão, lavrando assim, o presente documento, que será assinado por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2022.

Prof^a. Dr^a. Sônia Caldas Pessoa (UFMG - Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Camila Maciel Campolina Alves Mantovani (UFMG)

Prof. Dr. Juarez Guimarães Dias (UFMG)

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Caldas Pessoa, Coordenador(a) de curso**, em 25/02/2022, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Guimaraes Dias, Professor do Magistério Superior**, em 25/02/2022, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Maciel Campolina Alves Mantovani, Professora do Magistério Superior**, em 28/02/2022, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1256498** e o código CRC **9B7A3737**.



Referência: Processo nº 23072.209063/2022-03

SEI nº 1256498



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Guimaraes Dias, Professor do Magistério Superior**, em 25/02/2022, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Maciel Campolina Alves Mantovani, Professora do Magistério Superior**, em 28/02/2022, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1256510** e o código CRC **F84F9D59**.

Para Selma Sueli Silva,
Irene Maria da Silva e Marcos Maia

AGRADECIMENTOS

Quando era criança, me julgava uma observadora das outras pessoas. Afinal, eu era bastante curiosa sobre tudo o que me despertava interesse e isso se estendia às interações sociais. Embora eu não tivesse amigos íntimos, era bastante próxima a quem se abria a conversar comigo. Minha mãe conta que, se uma empregada ou babá quisesse ganhar a minha confiança, ela deveria me contar casos do dia a dia, porque eu adorava aprender com os outros e suas humanidades.

Foi principalmente na pré-adolescência que eu manifestei intensos desafios na comunicação social. Talvez por já apresentar uma percepção mais aguçada de minhas singularidades, de como eu poderia ser ingênua ou inconveniente, ou por notar um dissenso forte na maneira como eu me percebia e nos modos como costumava ser lida pelos demais. Essa época marcou o início das crises nervosas que se estenderam até o começo da vida adulta, além de episódios recorrentes de fobia social. Ademais, eu não manifestava a autonomia esperada para uma jovem daquela idade. Tinha dificuldades com aspectos básicos do dia a dia, desde a higiene pessoal até a qualquer tarefa que envolvesse sair de casa.

Eu escondia até de mim mesma os meus próprios sonhos e aspirações, como escrever livros e apresentar programas audiovisuais. Afinal, sempre considerei que tinha muito mais o que dizer ao mundo do que conseguia expressar. Quando estava em contato com médicos e psicólogos, parecia que eu nunca era ouvida, embora eles sempre tivessem uma análise a meu respeito e aos meus comportamentos. O prognóstico era de dependência total dos pais, sem a possibilidade de cursar uma graduação.

A primeira pessoa que não apenas acreditou na minha capacidade, mas também investiu com ações concretas para o meu bem-estar e autonomia, foi minha mãe, Selma Sueli Silva, em um contexto no qual eu me via imersa em narrativas autodepreciativas. Foi a mamãe que pavimentou todo o meu caminho e, mesmo com as próprias inseguranças, possibilitou que eu chegasse a um ponto no qual não quero e nem preciso ser submissa a ninguém, inclusive ela própria. Mais tarde, ela se tornaria minha parceira profissional e co-apresentadora do Mundo Autista, programa veiculado no *YouTube*. Por meio dela e de meu pai, Roberto Mendonça, publiquei todos os meus oito livros que precederam a defesa desta dissertação.

Com 24 anos, já consolidei os meus sonhos de adolescência e posso me abrir para objetivar novas possibilidades. Conquistei leitores e espectadores diversos e recebo semanalmente mensagens de que ajudei a transformar positivamente a vida de alguém por meio de minha atuação profissional. Sou muito grata por todo o carinho e pela oportunidade de desenvolvimento de minhas habilidades como comunicadora humanista. O suporte de meus pais e minha avó, Irene Maria da Silva, foi crucial para que eu alcançasse tal plenitude e pudesse, inclusive, pensar na possibilidade de um mestrado. Um agradecimento especial, também, merece ser mencionado a Marcos Maia, pela parceria que me instiga a aprimorar-me a cada dia e a transformar todos os desafios em oportunidades de crescimento. Os amigos da Soka Gakkai Internacional (SGI), pelo diálogo e incentivo constantes, e o meu mentor Daisaku Ikeda, também me encorajam a desenvolver plenamente as minhas habilidades.

No que se refere ao percurso acadêmico, agradeço aos colegas do Afetos (Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, da UFMG), especialmente Matheus Salvino, Patrícia Prates e Fatine Oliveira, pela amizade e troca intelectual, além dos professores Nísio Teixeira e Maurício Guilherme Silva Júnior, presenças decisivas nessa caminhada. Sou grata também a Camila Mantovani, Maria Luísa Magalhães Nogueira e Juarez Guimarães Dias pelas valiosas contribuições no meu exame de qualificação. Agradeço profundamente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), por viabilizar essa pesquisa com a bolsa de Mestrado que me foi concedida. E, claro, sou profundamente grata à minha orientadora, Sônia Caldas Pessoa, presença crucial para potencializar todo amadurecimento que o processo de escrita da dissertação me trouxe, tanto pessoalmente como profissionalmente.

Hoje, eu não tenho mais medo do futuro.

Olhe para mim
Você pode pensar que você vê quem eu realmente sou
Mas você nunca vai me conhecer
Todos os dias, é como se eu interpretasse um papel
Agora eu vejo
Se eu usar uma máscara eu posso enganar o mundo
Mas eu não posso enganar meu coração
Quem é essa garota que eu vejo
Olhando fixamente para mim?
Quando meu reflexo mostrará
Quem eu sou por dentro?
Eu estou agora
Em um mundo onde eu tenho que ocultar meu coração
E o que eu acredito
Mas de alguma forma
Vou mostrar para o mundo o que há dentro do meu coração
E ser amada por quem eu sou
Quem é essa garota que eu vejo
Olhando fixamente para mim?
Por que é o meu reflexo
Alguém que eu não conheço?
Tenho que fingir que eu sou
Alguém todo tempo?
Quando meu reflexo mostrará
Quem eu sou por dentro?
Há um coração que deve ser livre para voar
Que queima com a necessidade de saber a razão pela qual
Por que todos nós devemos esconder
O que nós pensamos, como nós nos sentimos
Deve haver um segredo que
Eu sou forçada a esconder?
Eu não vou fingir que sou
Alguém todo tempo?
Quando será que o meu reflexo mostrará
Quem eu sou por dentro?
Quando será que o meu reflexo mostrará
Quem eu sou por dentro?

(WIDDEL; ZIPPEL, 1998, tradução livre, s/p)¹

¹ Recuperado de <https://www.lettras.mus.br/christina-aguilera/700594/traducao.html>. Acesso em 14 de outubro de 2020.

RESUMO

O projeto visa a construir diálogos afetivos entre as experiências da autora — mulher transgênero, autista, ativista e produtora de conteúdo sobre autismo — com postagens públicas de autistas transgêneros no *Twitter*. Há vários fatores para que uma maior prevalência de incongruência de gênero na população autista não seja vista como engano ou impressão superficial. Contudo, as textualidades móveis sobre autismo ainda são arraigadas a controvérsias sobre gênero, sexualidade e autonomia. A pesquisa é realizada em dimensão afetiva, com inspirações metodológicas na autoetnografia e na etnografia digital. A partir dos argumentos e relatos colhidos no território do *Twitter*, procuro perceber quais são os diálogos possíveis entre as experiências de uma mulher transgênero e autista e conteúdos de pessoas na mesma condição no *Twitter*, observando os movimentos em que tal interseccionalidade cintila ou se apaga.

Palavras-chave: Teoria dos Afetos; Transgênero; Transtorno do Espectro Autista; *Twitter*; Narrativas de vida.

ABSTRACT

The project aims to build affective dialogues between the author's experiences - as a transgender autistic woman, activist, and autism content producer – and public posts by transgender autistic people on Twitter. Several factors explain why a higher prevalence of gender incongruity in the autistic population is not seen as a mistake or a superficial impression. However, mobile textualities about autism are still rooted in controversies about gender, sexuality, and autonomy. The research is carried out in an affective dimension, with methodological inspiration in autoethnography and digital ethnography. From the arguments and reports collected on Twitter territory, I try to understand the possible dialogues between the experiences of a transgender autistic woman and the content of people in the same condition on Twitter, observing the movements in which such intersectionality appears or dies out.

Keywords: Affect Theory; Transgender; Autistic Spectrum Disorder; Twitter; Life Narratives.

SUMÁRIO

1	AUTISMO E IDENTIDADE DE GÊNERO: ATRAVESSAMENTOS E AFETAÇÕES INICIAIS.....	9
2	SOBRE AFETOS, ATIVISMOS E ABJEÇÕES.....	12
2.1	Reflexões pertinentes à identidade de gênero	16
2.2	O paradigma da neurodiversidade no Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	24
2.3	Interseccionalidade entre autismo e transgeneridade.....	28
2.4	Comunicação Mediada pelo Computador (CMC) e Acessibilidade Afetiva.....	33
2.5	Narrativas de Vida	38
3	AFETOS E DIVERSIDADES: UM OLHAR PARA O COLETIVO.....	41
3.1	Fragmentos cotidianos e inspiração etnográfica	43
3.2	<i>Corpus sui generis</i> e bricolagem metodológica	44
4	ARQUIPÉLAGOS TEXTUAIS E PROCESSOS DE AFETAÇÃO.....	45
4.1	Desafios cotidianos possíveis para autistas	47
4.2	Performatividade.....	51
4.3	Fase ou fluidez?	55
4.4	Transfobia, violência e capacitismo	60
4.5	Ativismo, acolhimento, verificação e apagamento	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	REFERÊNCIAS	68

1 AUTISMO E IDENTIDADE DE GÊNERO: ATRAVESSAMENTOS E AFETAÇÕES INICIAIS

Eu tinha 14 anos quando ocorreu a minha primeira crise de taquicardia. Estava a caminho da psicóloga, como era comum em todas as semanas. Eu gostava de ir àquela profissional empática e assertiva, embora meus colegas de escola verbalizassem que era estranho ter uma psicóloga, que isso era “coisa de doido”, perspectiva com a qual nunca compactuei. Dessa vez, porém, a angústia havia tomado conta de mim. Minha mãe, que dirigia o carro, havia me estimulado a falar, pela primeira vez, com alguém da área da saúde, sobre o fato de, como eu afirmava à época, me sentir uma mulher presa em corpo de homem.

Aos 11 anos, em 2008, eu havia recebido o diagnóstico de Síndrome de Asperger, que, em 2013, passou a ser considerada, pela quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM-V, como Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits persistentes na Comunicação Social e comportamento restrito e repetitivo (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

A psicóloga me disse que deveria ser mais difícil, para mim, comunicar aquilo do que era para ela ouvir, no que tange à sensação de desconforto. A isso se seguiu a primeira pergunta: se eu já havia sentido atração pelo mesmo sexo. A crença vinda de outras pessoas de que eu era um homem gay me perseguia desde a primeira infância. Minha mãe relata que, ainda na pré-escola, quando eu estava com cinco anos de idade, uma psicóloga que acompanhava as crianças lhe deu um telefonema para discutir sobre a minha “homossexualidade”. Em diversos momentos em que argumentei com alguém que a minha questão não se limitava à atração sexual e nem estava diretamente ligada a ela, essa angústia foi ignorada.

Embora eu sentisse atração por homens, sabia que, no fundo, meu caso não se tratava de homossexualidade. Desde pequena, minha identificação com o feminino era intensa. Era assim que eu me via, como eu me sentia, na forma de agir, de me expressar e de perceber o mundo. Quando criança, além dos interesses considerados “de menina”, eu tinha atitudes como colocar uma toalha na cabeça para simular um cabelo grande ou usar perucas com a mesma finalidade, além de tentar usar absorventes na genitália, pintar as unhas, vestir camisolas e calçar os sapatos de minha mãe. No início da fase adulta, até tentei aceitar o rótulo de “homem gay” por parecer socialmente mais leve do que a noção de mulher trans, mas aquilo não me dizia quem eu era. O que talvez pudesse ser enxergado como uma forma de libertar minha feminilidade apenas deixou claro mais um universo masculino ao qual eu não pertencia.

Em 2020, anunciei publicamente minha transição social. Não aguentava mais viver desempenhando um personagem pessoal e publicamente, sem a possibilidade de me expressar como eu legitimamente me percebia. Assim, fiz uma postagem no *Facebook* e no *Instagram*, na qual fui muito bem recebida pelos seguidores, sobre como eu me sentia lutando contra a minha verdadeira identidade desde muito pequena. Lá, eu reportei o início do processo da transição. Infelizmente, a postagem viralizou e chegou até a pessoas que não conheciam meu trabalho. Uma série de comentários discriminatórios surgiu. Tanto em relação à transfobia quanto a visões preconceituosas sobre autismo, transtornos mentais e deficiência em geral. Então, ponderei e resolvi apagá-la, mas segui abordando a transição como figura pública, mesmo que de forma cada vez mais discreta.

Sou autora de livros que exploram o universo do autismo, além de uma das idealizadoras do portal *O Mundo Autista*², no qual eu e minha mãe (com a mesma condição neurológica) debatemos temas caros a tal deficiência e promovemos entrevistas com pessoas no Espectro, familiares e profissionais que atuam em áreas relacionadas ao TEA (FIGURA 1). Para além do *site* e do canal do *YouTube*, mantemos páginas no *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, além de nossas páginas pessoais nestas mesmas mídias sociais³. A minha vivência como autista, ativista e produtora de conteúdo atravessa e é atravessada por diversos atores e relações com outras pessoas que vivenciam experiências similares.

Figura 1 - Vídeo do canal Mundo Autista

² Disponível em: <https://omundoautista.uai.com.br/>. Acesso em 30 de janeiro de 2021.

³ Optei pelo termo “mídias sociais”, por compreender as conversações decorrentes da apropriação das plataformas pelas redes sociais. Fonte: <<https://medium.com/@raquelrecuero/m%C3%ADdia-social-plataforma-digital-site-de-rede-social-ou-rede-social-n%C3%A3o-%C3%A9-tudo-a-mesma-coisa-d7b54591a9ec>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2022.



Fonte: Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=w1pbjuJ6rkQ>).

Meus receios de sair à rua são fortes, mas não apenas em função da transfobia isoladamente. Considerando as reações peculiares de pessoas no Espectro Autista em relação a estímulos sociais e sensoriais (DEL MONDE, 2019), percebo como atividades cotidianas, fazer compras, por exemplo, podem ser tortuosas para uma pessoa autista. No que tange à intersecção com a identidade de gênero, tais atividades, que podem soar simples à primeira vista para pessoas típicas e cisgênero, ganham contornos ainda mais complexos. O autismo é uma condição que não evidencia características facilmente observáveis, como marcadores físicos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

Se o TEA não manifesta tais características, ele pode trazer mal-entendidos na interação presencial cotidiana. Isso, por meio de uma dificuldade de compreensão nos diálogos com os outros. É como se o autista falasse uma outra língua, diferente de quem não apresenta essa condição, mas em muitas situações não há consciência disso por nenhum dos lados. Em mídias sociais, porém, essas relações podem ser atenuadas em alguns casos, tendo em vista possibilidades de reflexões sobre as deficiências. Em outros, ela pode ser tensionada.

Interessa-me lançar um olhar sobre formas de expressão de gênero, além dos modelos médico e biopsicossocial da deficiência. Essa última maneira de conceituação parece-me encontrar eco no paradigma sociológico da neurodiversidade⁴, já que perceber o autismo não como um transtorno e sim como uma maneira diferente de demonstrar habilidades é um passo

⁴ Conceito segundo o qual os transtornos do desenvolvimento são variações naturais do desenvolvimento humano, e não patologias. Mais sobre isso no capítulo 2.2

adiante no cenário da equidade (LAWSON, 2019). Com isso, o ativismo mostra-se um ponto importante na discussão.

Compreendo que o *Twitter* contribui para difundir informações, inclusive de outras mídias sociais, de forma prática e dinâmica, a exemplo dos *retweets* (RECUERO; ZAGO, 2012). Foi justamente no *Twitter* onde encontrei os debates que considerei mais potentes sobre a intersecção entre ser autista e transgênero, entre capacitismo, psicofobia e transfobia, porque é lá que vejo repercutir ocorrências de outras mídias sociais.

A partir de minha experiência singular, observo quais são os diálogos possíveis entre uma mulher transgênero e autista e conteúdos de pessoas na mesma condição no *Twitter*. Assim, busco compilar dados e reflexões que contribuam para dar concretude e humanizar a vivência dessas pessoas. Com isso, procuro identificar desafios e percalços de pessoas transgênero e autistas evidenciados em função dessa interseccionalidade. Para tanto, pretendo discutir sobre os modelos médico e social da deficiência e como se articulam com as narrativas sobre neurodiversidade; refletir sobre como as textualidades que emergem das características da pessoa autista, como hiperfoco e disfunções sensoriais, conversam com as questões de gênero, e dialogar a minha experiência singular com debates mais amplos e coletivos sobre autismo e transgeneridade.

2 SOBRE AFETOS, ATIVISMOS E ABJEÇÕES

Como autista que tende a direcionar o hiperfoco⁵ a assuntos específicos, encontrei em filmes e séries de televisão um refúgio para lidar com as crises de ansiedade e depressão que marcaram a minha adolescência. Em forma de estereotipia⁶, vejo trechos do mesmo vídeo várias vezes na tentativa de acalmar a atividade inquieta de um cérebro hiperexcitado. Repito em voz alta frases e falas extraídas dessas narrativas. As mídias se tornaram grandes aliadas para minha socialização e qualidade de vida, especialmente na adolescência, quando sofria de fobia social e tinha pouco contato com outras pessoas, sobretudo com idades próximas à minha e fora do ambiente escolar. Gostava de assistir a filmes e séries, além de analisar o comportamento dos personagens, com foco nas nuances e complexidades que, sutilmente, moldavam as atitudes deles.

⁵ Interesse intenso por assuntos específicos. É uma das características do autismo.

⁶ Comportamento ou movimento repetitivo da pessoa autista. Muitos ativistas preferem o termo *stim* à estereotipia, como é utilizado nas ciências médicas, por não trazer uma conotação patológica.

Apesar de eu ter a tendência ao hiperfoco e já ter manifestado, várias vezes, curiosidade ao ver uma pessoa transgênero em aparições midiáticas, sempre direcionei a maior parte de minha atenção ao universo culturalmente constituído como “feminino”. O que me atraía nas figuras que desafiavam a noção binária de gênero era a possibilidade de migrar socialmente para a maneira como eu me percebia individualmente: uma mulher. Não havia, portanto, identificação minha com figuras trans. Essa ligação era essencialmente com a feminilidade. Dessa forma, sinto-me contemplada com o relato da ativista transgênero Bianca Leigh no documentário *Revelação*:

Eu, como criança nos anos 60, não sabia o que era ser trans. (...) Quando via filmes e séries de TV, eu me identificava com a heroína. Quando você é uma criança *queer* nos subúrbios, está louca por *glamour* e assistindo a *Vestida para Matar* você não vê a misoginia, só vê a beleza em movimento e suspense. E tem uma sequência em que a Angie Dickinson está com uma roupa toda creme, com as luvas beges e está esplêndida. (...) Ela entra no elevador e, de repente, está o Michael Caine, em uma peruca barata, de óculos escuros e sobretudo, e a mata. Olhamos agora e pensamos: “Abominável!”. Mas, quando eu era criança, pensava: “Sou a Angie Dickison”.⁷

Com este depoimento, Bianca Leigh revela identificação com as personagens criadas como femininas e, daí, emerge a problematização sobre como o personagem designado como homem, quando caracterizado como mulher, adquire tom ridículo e ameaçador (FIGURA 2). As artes, assim como os veículos de comunicação, as ciências médicas e outras áreas do conhecimento, atravessam e são atravessadas por uma multiplicidade de fatores sociais e comunicacionais, que não se conformam de maneira linear. Como dispositivos, essas áreas do conhecimento são constituídas por negociações nem sempre pacíficas e trazem linhas de fissura e subjetivação consigo (DELEUZE, 1996).

⁷ Trecho da entrevista da atriz transgênero Bianca Leigh para o documentário *Revelação*. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/81284247>.

Figura 2 - Cena do filme Vestida para Matar



Fonte: site adorocinema.com (<https://www.adorocinema.com/filmes/filme-280/fotos/detalhe/?cmediafile=20183065>).

A negociação dos dispositivos ocorre por uma multiplicidade de fatores, na qual os afetos têm papel crucial. O indivíduo se desestabiliza da inércia e é levado a agir por meio dos afetos, os quais mobilizam o corpo a uma transformação. Os processos de afetação, portanto, estão na interação do sujeito com o mundo (SPINOZA, 2007). Os afetos, nem sempre agradáveis, são intensos e imprevisíveis na maneira como se organizam. Ao mesmo tempo em que refletem percepções individuais, também se propagam em um movimento no qual os corpos, simultaneamente, afetam-se e são afetados (PAES; MORICEAU; GUIDE, 2019). Eles nos tocam, mas não são como as emoções que podem ser mais facilmente percebidas ou nomeadas, e estão diretamente ligados à Comunicação (MORICEAU, 2020).

No que se refere a afetos desagradáveis, a abjeção opera uma dinâmica violenta em relação às pessoas trans. O abjeto não é apenas o que causa repugnância, mas, principalmente, aquele que se encontra em espaço fronteiro entre lugares de pertencimento e desafia a construção de uma subjetividade fixa e única (KRISTERA, 1982; ALMEIDA, 2015). Portanto, é aquilo que deve ser repellido, rejeitado, mas também desestabiliza o sujeito, porque ele não pode se desligar daquilo que provoca a abjeção (KRISTERA, 1982).

O abjeto, assim, apresenta papel fundamental na composição do domínio do sujeito e na demarcação dos limites que o constituem em sua busca por autonomia e luta contra o repúdio provocado pela abjeção (BUTLER, 2019). Embora a experiência de abjeção derive de um julgamento pejorativo sobre o desejo homoerótico, ela está relacionada à desestabilização de padrões normativos de gênero e corpo (MISKOLCI, 2012). Há uma tendência à patologização do corpo que foge à (cis)heteronormatividade (CORNEJO, 2012), o que me faz lembrar de um ditado popular que ouvi muito na infância: “Doente não tem que ter razão.”

De maneira similar, trazendo a discussão para o campo do autismo, o modelo médico da deficiência tende a ignorar as barreiras ambientais, enxergando a deficiência como algo exclusivo do indivíduo, diferentemente do modelo social da deficiência (SILVA, 2020). Pessoas com deficiências pouco perceptíveis, principalmente quando adultas, tendem a receber menor suporte social em um cenário atravessado por outras possibilidades de discriminação (MENDONÇA, 2020).

Butler (2014), acerca dos papéis de gênero, revisitando teóricas feministas, observa que é função do discurso definir a rigidez ou a liberdade do sexo/gênero. Já na visão de Foucault (2012), o discurso se trata de uma construção cultural que atua na regulação e produção do conhecimento, de forma a moldar as possibilidades de ação do sujeito. Portanto, refere-se muito mais a um processo simultâneo de criação e reprodução de poder e saber do que a uma tradução totalmente fiel da realidade.

Historicamente, foi dada pouca atenção para autistas LGBTQIA+ por parte dos profissionais de saúde (HILLIER *et. al.*, 2019), mesmo com evidências suficientes para que percebamos uma maior prevalência de transgeneridade em autistas (GREENBERG; WEIR *et. al.*, 2020). No entanto, são esses profissionais os responsáveis por fazer a ponte entre autistas e o restante da sociedade, no que tange à comunicação. Autistas trans enfrentam percalços diários específicos, como pode ser percebido por relatos em mídias sociais. Por isso, como Lawson (2019) aponta, faz-se urgente escutar as narrativas de pessoas que experienciam tal interseccionalidade, em vez de percebê-las como “ruídos” (RANCIÈRE, 1996). Assim, é

relevante que as narrativas de pessoas autistas e transgênero possam ser incorporadas à produção de conhecimento.

2.1 Reflexões pertinentes à identidade de gênero

Com Scott (1990), observo que as dinâmicas de poder se constituem por meio das relações de gênero. A historiadora defende que as origens da opressão feminina estão ligadas a esse caráter constituído e relacional e não a características físicas ou biológicas pré-determinadas. A autora discute uma perspectiva histórica do uso da palavra “gênero” e a relaciona ao movimento feminista. Isso se torna importante porque a conceituação do termo é alvo de discussão e resignificação.

Judith Butler (2014) se mostra contrária à perspectiva de que sexo e gênero são dissociáveis. Afinal, esses conceitos foram vistos como distintos por muito tempo. Essa diferença tem origem nos movimentos feministas e representa um contraponto à noção de que a biologia determina o destino. Tal percepção, apesar de manter a ideia do sexo como um acontecimento biológico imutável, concebe o gênero como uma interpretação cultural das características e diferenciações sexuais. Butler, entretanto, pondera que o sexo também é uma construção discursiva. Com isso, não haveria diferença prática entre os dois termos. Essa mudança de paradigma proposta pela autora revelou-se significativa nos estudos sobre sexo e gênero.

Em uma revisita ao tema, Butler (2019) esmiúça os motivos que a levaram à constatação de que o sexo e o gênero são ambos construções. A autora observa que só temos acesso a quais seriam as diferenças produzidas pelas características sexuais por meio de uma leitura discursiva delas. Assim, não há outra maneira de perceber e compreender o sexo a não ser pelo gênero. A leitura e análise do sexo, portanto, será sempre subjetiva. Em outras palavras, não existem modos de defini-lo concretamente. A partir disso, podemos concluir que a ideia do gênero como continuação de características biofísicas, a genitália, por exemplo, é redutora. Ainda que essa percepção seja difundida de forma naturalizada.

A identidade de gênero é performativa e está sempre em construção. A noção de performatividade, aliás, é crucial à discussão sobre sexo e corpos. Esse conceito auxilia a pensar em como a linguagem não apenas descreve as diferenças sexuais, mas também atua na sua criação e reprodução. A performatividade não é uma escolha. Ela ocorre por meio da repetição e fortalecimento das “normas regulatórias” criadas e fomentadas pelo discurso. Há uma necessidade constante de citar essas regras para que elas sejam mantidas e produzam os efeitos

que nomeiam. A ótica dominante é (cis)heteronormativa, seja na concepção da sexualidade como “natural” ou socialmente construída. Assim, quem foge a esse padrão é colocado em situação de vulnerabilidade social (BUTLER, 2019; LOURO, 2016).

A política, personalidade de *reality shows* e ex-atleta estadunidense Caitlyn Jenner é um dos exemplos de pessoas que desafiam a linearidade entre a identidade de gênero e o sexo designado no nascimento (FIGURA 3). Sua história é narrada no documentário *Untold: Caitlyn Jenner* (2021), da *Netflix*. No filme, ela relata que, embora tenha passado grande parte de sua carreira apresentando-se como homem, já manifestava os sinais de desconforto e incongruência em relação à expressão da identidade masculina.

Figura 3 - Caitlyn Jenner em cena do documentário “Untold)



Fonte: site miguelbarbiere.com.br (<https://www.miguelbarbieri.com.br/post/untold-caitlyn-jenner-netflix-critica>).

Com formação política e religiosa conservadoras, Jenner iniciou a transição social em 2016, mas, décadas antes, já havia procurado informações sobre cirurgias que pudessem suavizar sua aparência, de modo a torná-la mais feminina. Seu relato na obra favorece a reflexão sobre o caráter construído e performativo do gênero:

Eu era tão mediana. Na verdade, estava abaixo da média. Eu era disléxica e tinha problemas de identidade. Mas, na aula de educação física do sexto ano, o professor disse: “Corram atrás das cadeiras”. E cronometrou cada aluno. Tive o maior tempo de toda a escola. Minha vida mudou para sempre. Se eu fosse uma aluna mediana, boa estudante, sem problemas de identidade, não teria precisado de esportes. Mas eu precisava porque eu era diferente. Ninguém sabia, no fundo da alma, eu era diferente. Então, criei o personagem Bruce. Bruce era uma boa pessoa. Bruce fez

muito na vida, e estou muito orgulhosa das conquistas dele. Sinceramente, eu gostaria de reverenciá-lo. Mas sabe de uma coisa? Caitlyn sempre viveu bem lá no fundo (JENNER, 2021, s/p).

Como atleta, Caitlyn Jenner reforçou vários signos ligados à masculinidade enquanto ainda era identificada como homem. Meu primeiro contato com a celebridade se deu por meio do *reality show Keeping Up With the Kardashians* (2007-2021), do qual Jenner era integrante. Inicialmente apresentada como Bruce Jenner, marido da idealizadora do programa, a *socialite* Kris Jenner, ela parecia reforçar estereótipos do sexo masculino nas primeiras temporadas da série. Nesse trecho do documentário, Caitlyn desnaturaliza a identidade masculina com que conviveu durante boa parte de sua trajetória profissional e deixa evidente que Bruce (seu nome de batismo) se tratava de um “personagem”, de uma construção fruto de mecanismo de adaptação.

Apesar de minha vivência carregar as próprias singularidades, há pontos em comum com o relato de Caitlyn Jenner. Eu já era uma pessoa com desafios na interação social, principalmente na adolescência, então tudo que trouxesse mais exposição ou demarcasse outra vulnerabilidade poderia dificultar ainda mais o meu relacionamento com colegas de escola, por exemplo. Mesmo assim, minha transição não pareceu surpreendente para quem conviveu comigo durante o período escolar. Eu era andrógina, tinha cabelos abaixo dos ombros e fazia escova progressiva, além de depilação a cera (no corpo) e a laser (na região do rosto). Quando iniciei a trajetória como *youtuber*, aos 18 anos, cortei o meu cabelo curto pela primeira vez por “vontade” própria. É que eu queria ter uma imagem mais próxima a como um comunicador digital jovem deve ser. Nos meus escritos e discursos, continuava feminina. Essas contradições na maneira como eu me expressava me trouxeram muito sofrimento. Eu me questionava se era possível alguém com incongruência de gênero viver com a identidade do sexo atribuído ao nascimento, mesmo consciente de sua condição. Entretanto, eu admiro o que o Victor (meu nome de batismo) construiu e que deu bases para Sophia seguir plena em sua trajetória.

Wittig (1992) problematiza a delimitação de diferenças em uma sociedade heterocêntrica e masculinista. A necessidade de se definir um outro como diferente opera como mecanismo de controle social, no qual a parcela dominante ganha o direito de rotular os grupos dominados. Essa distinção estabiliza as características dos indivíduos, de forma a apagar possíveis conflitos. Ocorre, assim, uma linguagem inconsciente na qual discursos se entrelaçam em relação aos padrões de gênero, fazendo as pessoas oprimidas perderem de vista a causa de tal opressão. Costa (2021) observa que as esferas sociais diversas, como a família, a escola e mesmo as ciências médicas e do direito, têm um histórico de legitimação da exclusão e

marginalização das pessoas trans ao se basearem em um modelo de sexualidade naturalizado que patologiza os corpos que fogem à norma e não assegura direitos que seriam básicos a qualquer cidadão.

Há uma construção heterossexual compulsória, difundida e naturalizada cultural e socialmente, a qual exige uma linearidade entre sexo, gênero e sexualidade, mas essa noção se perde ao identificarmos as identidades de gênero (BUTLER, 2014). Essas identidades estão ligadas a um processo de autopercepção, podem não ser congruentes com o sexo designado no nascimento e vão além de uma ideia binária de macho e fêmea. Nessa perspectiva, é possível, também, uma fluidez ao longo da vida do indivíduo (MENDES; MARONEY, 2019).

O gênero, embora seja construído, evidencia-se especialmente na materialidade dos corpos. Com isso, foge da pretensa dicotomia metafísica entre “corpo” e “alma” (PRECIADO, 2004). Existem diferentes expressões de gênero, embora elas se encontrem restritas e impossibilitadas por domínios culturais (BUTLER, 2014). Expressão de gênero, aqui, refere-se à maneira de uma pessoa se portar em sociedade e considera traços comportamentais relacionados desde a aparência até maneirismos e modos de agir (MENDES; MARONEY; 2019).

O gênero representa uma sequência incessante de atos sem a qual é impossível existir como agente social. Seu caráter imaterial, entretanto, não significa que ele seja facultativo. A performatividade é limitada por uma multiplicidade de fatores sociais e estruturas de poder (SALIH, 2017). As identidades de gênero, portanto, se referem à adequação do sujeito a uma categoria específica e são consideradas mais sérias e menos passíveis de escolha do que a expressão de gênero, que tem a ver com o comportamento evidenciado para satisfazer o senso de identidade em relação ao gênero (STRYKER, 2013).

Nesse sentido, cabe conceituar brevemente transgeneridade e homossexualidade. As transgeneridades ocorrem quando a identidade de gênero é incongruente com aquela que foi designada no nascimento, enquanto a homossexualidade se refere a experimentar atração sexual, romântica e emocional por pessoas do mesmo sexo/gênero. Assim, as orientações sexuais estão relacionadas às identidades de gênero, mas se relacionam a aspectos diferentes da vida cotidiana dos sujeitos (MENDES; MARONEY, 2019).

A homossexualidade aparece como patologia sexual nos manuais psiquiátricos ocidentais até 1975. Posteriormente, a ideia de transexualidade, assim como a de intersexualidade⁸, reverbera em seu lugar como doença marginal. Esse discurso é amparado

⁸ Variedade de condições possíveis em pessoas que nasceram com características sexuais biológicas que não se encaixam na definição típica de masculino ou feminino.

pela legislação e, de maneira geral, não aceita a inserção de corpos sem diferenças sexuais bem delimitadas (PRECIADO, 2020).

A transgeneridade é um termo mais amplo, ainda em construção, que engloba identidades de gênero diversas, ao passo que transexualidade se refere a pessoas transgênero, como é o meu caso, que se submetem a procedimentos de tratamento hormonal e cirúrgico para adequarem a aparência ao gênero com o qual se identificam. Historicamente, as questões trans foram tratadas como individuais: vivências isoladas de um contexto social mais amplo (STRYKER, 2013).

No Brasil, o debate sobre transgeneridade tem como uma das figuras emblemáticas a ex-modelo e atriz transexual e intersexo Roberta Close (FIGURA 4). Um dos maiores símbolos sexuais no país entre as décadas de 1980 e 1990, a artista saiu do Brasil para realizar a desejada cirurgia de redesignação sexual, à época proibida em solo tupiniquim, como forma de resolver sua forte disforia em relação à genitália.

Figura 4 - Entrevista de Roberta Close à jornalista Marília Gabriela



Fonte: YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=QnZdwX2HInU>).

Roberta Close também ficou décadas em disputas judiciais para poder utilizar o gênero feminino em sua terra natal:

A operação é irreversível. As pessoas têm consciência que eu sou uma mulher, que nunca isso vai mudar, mas que é uma coisa irreversível. E que, para o meu dia a dia, conviver com isso é voltar ao passado. No meu caso, é uma desumanidade porque eu soffro duplamente. Porque uma pessoa que chega até o ponto de querer encontrar o médico, procurar uma ajuda, a querer ser uma mulher, porque tem isso na sua cabeça. E quando você precisa em termos legais de um país, onde você pede como cidadã, o direito de querer viver uma vida mais ou menos normal, eles negarem isso por preconceito, por achar que você não tem direito, que o sexo é único. Eu acho que no meu caso houve um divórcio entre cabeça e corpo (CLOSE, 1998, s/p).

A disforia de gênero descrita no caso de Roberta Close se refere às sensações de infelicidade e angústia extremas em relação à discrepância entre como se percebe o próprio gênero e como ele é experienciado e observado pelos outros. Trata-se de um termo bastante comum entre os profissionais da saúde, embora tenha sido substituído por Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) nos manuais médicos. A nomeação por esses norteadores da prática clínica em relação às transgeneridades vem sendo constantemente questionada e alterada (STRYKER, 2013).

Para termos uma ideia dessa revisão, compartilho uma observação do relatório psiquiátrico encaminhado ao cirurgião responsável pela minha cirurgia de redesignação sexual, no qual é citada o meu diagnóstico de TIG, que faz menção às décima e décima primeira edição do Código Internacional de Doenças (CID), de 2006 e 2022, respectivamente. O médico atestou

que eu apresento quadro de incongruência de gênero, que será codificado na CID11 como HA60 e, embora ainda esteja na CID10 como F64.0, já houve muitas mudanças no entendimento das experiências trans desde quando esse código foi criado. Hoje, no Brasil, a transgeneridade engloba várias formas de autopercepção e a identidade de gênero é auto declarável, embora sejam necessários pré-requisitos para intervenções médicas na transição, como não apresentar certas condições de saúde mental (a exemplo de sintomas psicóticos e deficiência intelectual) e realizar acompanhamento multidisciplinar antes da cirurgia de redesignação sexual (BRASIL, 2019).

O gênero é um dos primeiros aspectos do autoconhecimento, portanto, a dissonância em relação ao sexo designado no nascimento pode ocorrer ainda na primeira infância. A percepção dessa incongruência como diagnóstico médico não é um assunto pacificado entre pesquisadores. Alguns ativistas defendem que a transgeneridade deve ser encarada como uma doença física e não mental (SOLOMON, 2013). Por um lado, a necessidade de um laudo médico pode corroborar uma lógica de estigma e de pouco poder da pessoa trans sobre seus próprios direitos; por outro lado, esse mesmo papel da medicina tende a exercer uma influência na obtenção de custeamento, por planos de saúde, de intervenções cirúrgicas ou hormonais.

O afastamento de uma perspectiva biofísica não significa uma postura de negação do papel da medicina em relação às transexualidades, uma vez que há sofrimento psíquico associado à percepção de características físicas. Existe uma corrente que defende que o diagnóstico de incongruência de gênero legitima intervenções cirúrgicas e hormonais importantes para a qualidade de vida de quem apresenta tal condição (RUDACILLE, 2004). Segundo Stryker (2013), o foco da disforia de gênero como diagnóstico evoluiu para uma percepção do desconforto como mote da ação terapêutica, em vez da patologização da identidade em si, como ocorria em reflexões mais antigas sobre o tema.

As percepções de objetificação sexualizada do corpo em detrimento da noção de possibilidade de expressão de gênero sempre me incomodaram, mas talvez não deva ser surpreendente. A transgeneridade é menos respeitada do que a homossexualidade e vista como mais ameaçadora (MISKOLCI, 2012). Há várias negociações que envolvem redes de poder e de resistência heterogêneas de narrativas acerca de determinados fenômenos (DELEUZE, 1996). Existe uma relação entre poder e saber que é atravessada por um processo de reprodução e legitimação e favorece a patologização das transgeneridades (PRADO, 2019). Assim, as pessoas trans se encontram em situação de potencial vulnerabilidade psicológica e social no atual contexto brasileiro (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Afinal, o Brasil é o país que mais mata transgêneros no mundo. Em 2021, houve 140 assassinatos de pessoas trans no país. Destas, 135 tinham a identidade de gênero feminina, 81% eram mulheres travestis ou transexuais negras ou pardas e 78% trabalhavam como profissionais do sexo (BENEVIDES, 2022).

Enquanto escrevo esta dissertação e me vejo em um movimento que se alterna entre aproximação e distanciamento de minha vivência pessoal, consigo refletir, com Valério (2021), sobre a noção de aceitação, enraizada socialmente, em relação às pessoas transgênero. A posição de poder aceitar o outro já coloca determinados sujeitos em posição de superioridade, de maneira a reforçar a lógica de que a sociedade deve despender grande energia para aprovar ou tolerar um fenômeno indesejável. Nesse cenário, os aspectos da formação identitária das crianças trans são cerceados. Na série *Pose* (2018-2021), acompanhamos o dia a dia de mulheres trans negras nos Estados Unidos. Em 2021, a protagonista da obra, MJ Rodriguez, tornou-se a primeira transgênero a ser indicada ao *Emmy*, o prêmio mais importante da televisão estadunidense, na categoria de atriz principal (FIGURA 5).

Figura 5 - Montagem de MJ Rodriguez como Blanca Evangelista na série *Pose*.



Fonte: Facebook

(<https://x.facebook.com/ErikaHiltonSP/photos/a.565763017196613/1279006189205622/?type=3&source=48>).

No episódio piloto, a personagem principal Blanca Evangelista relata sobre a rejeição familiar:

Tenho sorte, posso me passar por mulher. Tomei os hormônios, sei como agir. Escondi dos meus pais quem eu era por um longo tempo. Esperava até dormirem, memaquiava, me montava e fugia para os bailes. Voltava antes de acordarem. (...). Minha mãe (...) disse: “Você se acha tão esperto. Eu vejo aquela mocinha que entra e sai do quarto escondida, tarde da noite”. Eu engasguei. O choque foi demais para falar. Então, ela disse que não estava brava, mas aliviada por eu não ser um daqueles gays pecadores. (...). Eu disse: “Mãe, aquela não era uma moça estranha entrando aqui escondida. Era eu. Não sou gay e não sou pecadora. Sou uma mulher, mãe. Não sou seu filho, mas sua filha.”. Ela não tolerou isso. Ela me expulsou da casa e do coração dela (POSE, 2018, s/p).

A experiência descrita pela personagem esbarra no cotidiano de muitas pessoas trans. Por um lado, considero-me afortunada porque, quando anunciei a minha transição social e iniciei o processo de tratamento multidisciplinar sob esse enfoque, fui bem aceita pela maior parte dos meus familiares, pessoas próximas e seguidores nas mídias sociais. Por outro lado, além de eu não ter ficado isenta de críticas de algumas pessoas ligadas à minha família, também me percebi (auto)violentada por ter passado 23 anos da minha vida tentando me adequar como homem para ser aceita em padrões normativos.

Com relação ao amparo familiar, as pessoas do núcleo mais próximo, mesmo que receosas com a possibilidade de violência em um primeiro momento, rapidamente se tornaram grandes parceiras no meu processo de transição. Minha mãe argumenta que, quando a família é a primeira a discriminar uma pessoa trans, é como se ela desse um “passe livre” para outros setores da sociedade fazerem o mesmo. Alguns familiares mais distantes não viam assim. Chegaram a argumentar que eu não tinha o direito de “fazer isso” com minha mãe e avó, pois elas ficariam com medo por causa de uma “decisão” minha.

2.2 O paradigma da neurodiversidade no Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A discussão da deficiência foi trazida para áreas do conhecimento, como a sociologia, complexificando a noção do que seriam as deficiências em geral. A conceituação delas, assim, passa não apenas a englobar uma lesão que restringe a participação social do indivíduo, como também evidencia uma estrutura ideológica enraizada de segregação, humilhação e opressão (DINIZ, 2007). Essa percepção observa a ocorrência de um juízo de valor responsável, no modelo biomédico, por rotular quais corpos podem ser considerados normais ou desejáveis/aceitáveis no convívio em sociedade (OLIVER; BARNES, 1998; SINGER, 2017).

De acordo com o modelo social da deficiência, a experiência dessa condição foi construída pelas barreiras da sociedade, inclusive no que diz respeito a atitudes e práticas excludentes. Existe, no modelo social, uma oposição ao modelo médico da deficiência, o qual localiza a condição nas lesões individuais e busca a cura em vez da transformação social (SINGER, 2017).

Nesse sentido, o termo “neurodiversidade” foi cunhado por Judy Singer (1998), socióloga australiana autista e mãe de uma mulher também no TEA, em artigo baseado em sua tese de doutorado. Para ela, a neurodiversidade está para a estabilidade cultural e social como a biodiversidade está para a estabilidade ecossistêmica. A criação desse conceito tem suas raízes no fato de que, no final da década de 1990, havia poucas categorias de deficiência. Uma delas era a psiquiátrica, que, a princípio, enquadraria o TEA, mas não dava conta de caracterizar suas nuances, especialmente em casos de alto funcionamento⁹ (SINGER, 2017)

A professora Maria Luísa Magalhães Nogueira, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é a idealizadora da disciplina sobre neurodiversidade oferecida a graduandos nessa instituição. Em entrevista ao portal *O Mundo Autista*, ela evidencia as motivações por trás da criação do curso:

A ideia é que a gente forme no curso de psicologia profissionais que vão conhecer as melhores técnicas para lidar com o autismo, mas que também precisam de uma reflexão crítica sobre o que vai junto com a técnica. O que a gente está fazendo? Em defesa de quem a gente está atuando quando usa alguma estratégia? Para que a gente veja a pessoa antes do diagnóstico. (...) Não é só o autismo, é o autismo nessa sociedade, uma sociedade que lida tão mal com a diferença. A emergência do paradigma da neurodiversidade trazido pelas pessoas autistas é muito potente para que a gente consiga reduzir as barreiras e para que os neurotípicos também se movimentem (NOGUEIRA, 2020, s/p).

Singer (1998) introduz o conceito de neurodiversidade com a afirmativa de que há algo de estranho em sua família. Eles enfrentaram uma série de fracassos e tragédias. Ela conta que responsabilizava a mãe pela infância sofrida. Segundo a socióloga, a mãe dela confundia as expectativas de como deveriam ser as atitudes de alguém. Ela, a mãe, era uma pessoa difícil de se conviver. Não aparentava perceber o óbvio das interações sociais ou que se passava com os outros. O pai se divorciou da mãe de Judy Singer e a levou em psiquiatras. Sem obter respostas sobre o porquê a esposa soava destoante dos demais, ele se contentou em dizer que todos são diferentes em algum grau. Singer narra que, por não ter encontrado uma explicação médica sobre o que se passava com a mãe dela, constatou que ela era uma pessoa preguiçosa que fez

⁹ O termo “alto funcionamento” se refere a autistas que demandam menor nível de suporte, sem prejuízos significativos na linguagem ou cognição.

escolhas equivocadas sobre como lidar com as questões da própria vida, algo que viria a repensar futuramente.

A socióloga teve sua própria filha. Quando a menina estava com dois anos, a mãe leu uma descrição sobre autismo que se encaixava perfeitamente nas características de sua filha. Após confidenciar essa possibilidade a amigos, ouvia percepções empíricas de que ela estava projetando as relações familiares disfuncionais vivenciadas com a mãe na própria filha. À medida que via a filha desenvolver comportamentos similares aos da mãe dela, Judy Singer começou a desconfiar de que haveria uma deficiência hereditária em sua família. Ela não sabia o que era, apenas intuía que se tratava de algo de origem orgânica, não psicológica.

Por meio de seus estudos sobre deficiências, Singer percebeu o próprio medo dessa condição. Ela notou a opressão internalizada que sentia pela deficiência, ao mesmo tempo em que observava que, como existem grupos de pessoas negras ou *queers*, poderia haver grupos de pessoas com as mesmas características de seus familiares com quem pudesse conversar. Singer retornou à Academia e começou a estudar sociologia da deficiência. Nessa época, a filha, então com nove anos, foi diagnosticada autista, dois anos antes de a própria Judy receber a mesma identificação.

Singer (1998) nota que nem o nome da condição que elas manifestavam era um consenso, variando de termos como Autismo de Alto Funcionamento e Síndrome de Asperger. Ela observa que esse diagnóstico era definido por prejuízos qualitativos na interação social e comportamentos restritos e repetitivos, mas sem atrasos significativos de cognição ou linguagem. A autora pondera que esses critérios, para muitos autistas, são superficiais. Afinal, eles focam em dificuldades apresentadas pelas pessoas autistas, mas não no que as causa.

Singer (1998) cita contribuições de personalidades diagnosticadas autistas, como a pesquisadora Temple Grandin, para concluir que o valor do ativismo no Espectro Autista está em apresentar uma política de diversidade neurológica, que traz uma expansão na forma de percepção do mundo. Com isso, o ativismo autista amplia as noções do modelo social da deficiência por meio da dissolução da crença de um padrão na maneira de sentir e perceber os fenômenos. O “neurológicamente diferente” seria uma adição ao debate dos grupos sociais, tais como etnia, classe e orientação sexual. Ela observa que muitos autistas, em paralelo à opressão social que já vivem, são invalidados no contexto da psicoterapia, quando profissionais da saúde apontam causas como repressão sexual ou infância traumática para silenciar sua forma peculiar de perceber os fenômenos.

Neurodiversidade é o conceito segundo o qual diferenças neurológicas, entre elas o autismo, são vistas como variações naturais do funcionamento humano e, mais do que um

conjunto de déficits, evidenciam perfis com possibilidades de contribuições à cultura e à tecnologia (SILBERMAN, 2015). A neurodiversidade, portanto, refere-se a variações que contemplam os diferentes modos de funcionamento, evolução e adaptação do cérebro dos sujeitos e rejeita a noção patologizante para pessoas com diagnósticos socialmente rotulados como “negativos” (ARMSTRONG, 2010). Carol Cardoso, uma das integrantes do *podcast Introvertendo*, idealizado e apresentado por autistas, observa, no episódio sobre anti neurodiversidade, que

A neurodiversidade não apaga a deficiência (...) como é muito difundido pelas redes sociais atualmente. O que ela busca é reconhecer a deficiência como natural, ou seja, que ocorre em todas as comunidades biológicas. Ou seja, a neurodiversidade é tão natural quanto a biodiversidade. Ela busca reconhecer a deficiência como natural em um mundo que se fundou sobre bases muito capacitistas, ou seja, que enxergam a deficiência como algo antinatural e que ser corrigido, deve ser combatido. É por isso que a ideia de neurodiversidade soa tão escandalosa, porque se a gente tem uma sociedade em que pessoas com deficiência são tão indesejáveis, quando a gente escolhe afirmar que uma deficiência é uma coisa natural, as pessoas não vão reagir bem a isso (CARDOSO, 2021. s/p).

Segundo Walker (2014), há um paradigma da neurodiversidade cujos princípios fundamentais são 1) a naturalidade das diferenças neurológicas na humanidade, 2) o aspecto cultural da ideia de um funcionamento cerebral “certo” ou “errado” e 3) as similaridades entre as dinâmicas sociais que se manifestam na neurodiversidade e em outras diferenças, tais como etnia e gênero. Nesse sentido, a conceitualização do autismo como identidade cultural tende a trazer uma perspectiva maior de empoderamento do que de estigma ou discriminação (MENDES; MARONEY, 2019).

Embora a noção apareça como uma proposta mais interessante e adequada à legislação brasileira vigente, tanto ela como uma perspectiva mais biomédica trazem potências e limitações. O modelo médico tende a minimizar questões relacionais concernentes à plenitude da experiência humana, ao passo que o modelo social, ao enfatizar barreiras da sociedade, pode não conferir a importância devida aos impedimentos dos corpos dos sujeitos com deficiência (SILVA, 2020). Nesse sentido, o conceito de neurodiversidade e o movimento político que dele se origina têm sido alvo de questionamentos sobre uma possível impossibilidade de dar conta das nuances do Espectro Autista. Isso no que se refere a manifestações da condição que não sejam consideradas casos de alto funcionamento (ORTEGA, 2009).

As críticas ao ativismo voltado à neurodiversidade usualmente têm como argumento o protagonismo frequente de autistas que demandam menor nível de suporte, mas reivindicam um posicionamento que abrange todo o Espectro Autista, em um movimento visto muitas vezes

como impositivo (ORTEGA, 2008; ORTEGA, 2009). Esses questionamentos englobam a falta de delimitação de quais grupos com transtornos psiquiátricos podem ser considerados neurodivergentes e do que separaria uma característica indesejável de uma diferença natural. Isso, além de uma oposição por vezes ferrenha aos tratamentos médicos e psicológicos pelos ativistas e de uma possível interpretação de valorização de características inatas em detrimento do desenvolvimento pessoal (RUSSELL, 2020). Em entrevista ao *podcast Introverso*, a neuropsiquiatra Raquel Del Monde pondera sobre as críticas ao ativismo pela neurodiversidade e revela uma posição favorável a esse movimento:

O movimento da neurodiversidade não é sobre ser bom ou ser ruim ser diferente. É pelo reconhecimento da nossa diversidade, em primeiro lugar, pela aceitação e pela busca de apoios adequados, então acho que falta esse entendimento. Também falta entendimento de que muitos dos suportes que nós desenvolvemos para as crianças graves só puderam ser desenvolvidos porque nós conhecemos por meio dos autistas que puderam expressar pra gente. As questões sensoriais, por exemplo, que foram reconhecidas como critérios diagnósticos a partir do DSM-V de 2013, mas pra todos nós que já lidamos com autismo antes disso sabemos da importância enorme, inclusive pra questões comportamentais, pra desregulação dos autistas (DEL MONDE, 2020, s/p).

A médica observa que muitos dos avanços para pacientes autistas com quadros mais “graves” ocorreram em função do movimento pela neurodiversidade. Considerando as características desse ativismo, e que a identidade de gênero não conforme de autistas tende a ser invalidada por muitos profissionais da área da saúde (LAWSON, 2019; MENDES, MARONEY, 2019; HALL *et. al*, 2020), é importante trazer o conceito de capacitismo para a discussão. Essa forma de discriminação contra pessoas com deficiência atua de maneira similar a outras maneiras de opressão, como o sexismo e o racismo (CAMPBELL, 2009).

2.3 Interseccionalidade entre autismo e transgeneridade

Considerando a realidade do indivíduo no TEA e transgênero, ambas as condições são estigmatizadas e receberam pouco apoio ao longo da história na maior parte das culturas (GRATTON, 2020). Por isso, torna-se pertinente abordar o conceito de interseccionalidade, no sentido de explorar as problemáticas que perpassam a vivência dessas pessoas. Esse é um termo usado no ativismo e no enfrentamento à discriminação, que vem sendo utilizado por cada grupo conforme sua especificidade, mas que pode ser visto como ferramenta analítica na busca por justiça social e por políticas públicas em relações de poder e situações de desigualdade (COLLINS, BILGE; 2021).

Essa noção tem origem no feminismo negro e visa a um aparato teórico-metodológico que dê conta de compreender o cruzamento e as interações entre opressões diversas, vindas da inseparabilidade estrutural de sistemas como o racismo e o cisheteropatriarcado (AKOTIRENE, 2019). A ideologia cisheteropatriarcal tem como referência o sujeito masculino e cisgênero e se recusa a entender fenômenos que possam torná-la, e suas opressões, visível (FREITAS; LIMA, 2019).

Para termos uma ideia dessa correlação no autismo, tomemos como base o depoimento e análise da ativista autista e negra Luciana Viegas. Ela pondera como o mascaramento de características diagnósticas do autismo, traço comum em pessoas com essa condição, pode impactar o cotidiano de autistas negros (FIGURA 6). Eu mesma já me vi simulando gestos e comportamentos de determinados grupos com o único objetivo, inconsciente, de ser aceita por eles. Comentarei mais sobre isso nas seções 3.0 e 4.1.

Figura 6 - Postagem da ativista Luciana Viegas no Twitter sobre camuflagem social



Fonte: Twitter (https://twitter.com/luu_viegas/status/1384882461272952836).

A autora da publicação fala dos danos à saúde que esse processo pode trazer a autistas, mas que ele acaba sendo necessário em uma sociedade tanto capacitista quanto racista. A interseccionalidade, assim, evidencia o desafio de os movimentos sociais contemplarem outros modos de opressão senão os que eles próprios enfrentam (AKOTIRENE, 2019). Ela está diretamente ligada a políticas emancipatórias e conecta tanto saberes científicos e midiáticos legitimados socialmente como a produção intelectual de indivíduos sem acesso a essas instituições e que, portanto, encontram-se em posição de menor poder social (COLLINS, 2017).

Sobre a interseccionalidade no autismo, a doutora em Psicologia e também mulher negra e autista Táhcita Mizael observa, em entrevista ao canal *Mundo Autista*, que:

Eu acho que é muito importante que a gente tenha esse olhar mais aprofundado porque imagino que assim, por um lado, talvez, dependendo da área de pesquisa que a gente atua, tem essas diretrizes que a gente tem que focar em uma determinada coisa. Então, a gente foca, vamos focar só no gênero ou focar só na sexualidade. Vamos focar só na raça. A gente se esquece que é isso, a pessoa não é só um gênero, ela não é só uma raça. E que essas experiências, elas vão de fato trazer uma questão individualizada pra cada pessoa. Então, mesmo assim, se eu juntar outras mulheres negras que são autistas, a gente vai ter vivências diferentes, porque a forma como essas características se interseccionam, ela é múltipla. Ela vai depender de contextos (MIZABEL, 2021, s/p).

Ou seja, o recorte evidenciado por estudos científicos pode ignorar as múltiplas características que compõem um ser humano. No que se refere à relação entre transgeneridade e Transtorno do Espectro Autista, Lawson (2019) critica os muitos estereótipos arraigados às características do TEA, que contribuem para perpetuar uma visão de que a incongruência de gênero, na verdade, trata-se de um pensamento obsessivo ou disfunção sensorial proveniente do autismo, o que ocorre mesmo entre especialistas. Em contrapartida, uma série de estudos mostra uma correlação maior de diversidade de gênero entre pessoas autistas do que neurotípicas (KRAEMER *et al.*, 2005; STRANG *et al.*, 2014). Há evidências suficientes para que tal relação não seja vista como um engano ou mera impressão (GREENBERG; WEIR *et al.*, 2020).

Mendes & Maroney (2019) observam a existência de uma percepção equivocada de que autistas não são capazes de apreender a própria identidade de gênero. As pesquisadoras identificaram grupos de pessoas com esse diagnóstico que, embora tivessem consciência desde muito jovens acerca de suas identidades de gênero discrepantes àquelas designadas no nascimento, relataram ter essa percepção invalidada por muitos avaliadores em função de sua deficiência. As estudiosas também perceberam que nomear essa identidade foi uma parte importante para a aceitação e autoestima de alguns dos colaboradores da pesquisa. As autoras identificaram que autistas com orientações sexuais ou identidades de gênero não normativas tendem a relatar maior preocupação com rejeição e discriminação do que a população LGBTQIAP+ em geral. Para elas, a aceitação da transgeneridade pode ocorrer mais tardiamente em autistas em função da falta de percepção deles de identidades não convencionais (a dicotomia entre macho e fêmea). As pesquisadoras constataram que muitos autistas LGBTQIAP+ assumem essa identidade primeiro para si antes de revelá-la a outras pessoas.

Mendes & Maroney (2019) também observam diferenças na maneira como os autistas transgêneros se assumem, em relação aos autistas cisgênero não-heterossexuais, no que se

refere ao suporte familiar. Enquanto autistas com orientações sexuais não normativas tendem a receber mais apoio da família, os autistas transgêneros enfrentam maior rejeição, discriminação e violência. Por isso, a busca por comunidades e grupos de apoio é mais comum para eles. Alguns autistas envolvidos nessa pesquisa perceberam impactos negativos na percepção de outros sobre sua capacidade depois de revelarem seu diagnóstico, enquanto outros tiveram o laudo questionado por suas habilidades de camuflagem social. Eles também evidenciaram a necessidade de pertencerem a comunidades, especialmente aquelas formadas por pessoas que compartilham identidades e interesses similares. Muitos deles relataram que suas identidades eram respeitadas nesses grupos. A não ser pela organização budista a qual pertence e em alguns meios acadêmicos ou profissionais, não costumo me inserir em comunidades. A minha transição foi recebida com carinho e respeito pelos meus seguidores em mídias sociais, parceiros de religião e colegas e professores na universidade.

Butler (2014) observa que a teoria feminista presume, essencialmente, a ideia de uma identidade consolidada de mulheres que define seus interesses e objetivos. A autora observa que a linguagem adquiriu papel crucial para visibilizar as lutas desse grupo. Ela pondera que essa percepção passou a ser questionada dentro dos próprios movimentos feministas, pelas dificuldades de uma definição concreta do que representa ser mulher. A filósofa considera que o “sujeito” das mulheres no feminismo é uma construção discursiva, realizada pelo próprio sistema que deveria libertá-las.

Butler (2014) problematiza que, mesmo no plural, a noção de mulheres não abarca todas as intersecções que envolvem o gênero em diferentes culturas e contextos históricos. Ela nota que, apesar das críticas crescentes à ideia de um sistema masculino universal ou singular como opressor ao feminino, a ideia de “mulheres” como identidade é mais difícil de superar. Butler identifica nessa noção a raiz das várias divisões dentro dos movimentos feministas, por não dar conta de representar todas as sujeitas. Por isso, ela pondera que a construção variável da identidade deve ser um requisito metodológico para o feminismo.

A pesquisadora transfeminista Letícia Nascimento (2021) observa que as mulheres transgênero costumam ser deslocadas dos feminismos em geral. A ideia do que é ser mulher ainda é motivo de debate nas correntes feministas, mas a autora pondera que seria uma contradição caso apenas corpos com vagina sejam considerados femininos ou tornarem-se mulheres. Tal concepção, afinal, negligencia as marcações históricas e culturais e as relações de poder que atuam sobre as feminilidades.

Nesse sentido, Stryker (2013) destaca a importância do feminismo interseccional para a compreensão das transgeneridades. Essa vertente pondera que não há uma categoria única de

mulher universalmente oprimida, de modo que é necessário o entendimento de uma série de fatores (como etnia, sexualidade e identidade de gênero) para se compreender a opressão de uma mulher ou grupo de mulheres. Tal percepção apresenta grande influência nos feminismos transfirmativos.

Segundo Nascimento (2021), os ideais de universalização da mulher inviabilizam a existência de algumas sujeitas e impossibilitam uma percepção concreta das relações de opressão ao feminino. A autora defende que o conceito de gênero é caro ao feminismo por provocar uma ruptura com a ideia abstrata de mulher única, que tende a representar as experiências de mulheres brancas e cisgênero, sem deficiências, e inscritas em padrões estéticos normativos. A noção de gênero possibilita observar que os processos e relações de opressão ocorrem de maneira diversificada.

Em uma perspectiva similar, os autores que adotam a crítica *queer of color* incluem pessoas de grupos sociais diversos, inclusive caucasianos. Esses pensadores assumem um posicionamento crítico não somente às relações de sexo e gênero, mas também no que se refere à análise do fenômeno da dominação. Assim, debruçam um olhar para questões ligadas aos recortes raciais e de classe, além dos impactos da história colonial nos cenários latino-americano e brasileiro (REA, 2017).

2.4 Comunicação Mediada pelo Computador (CMC) e Acessibilidade Afetiva

Segundo December (1996, tradução nossa, s/p¹⁰), a Comunicação Mediada por Computador (CMC) é “o processo pelo qual as pessoas criam, trocam e percebem informações usando sistemas de telecomunicações em rede (ou computadores sem rede) que facilitam a codificação, transmissão e decodificação de mensagens”. O pesquisador observa que os estudos sobre CMC são interdisciplinares e podem recorrer a uma série de aspectos, tais como estudos da mídia, ciência da computação e questões sociais ou psicológicas.

Recuero (2014) observa o crescente aumento do uso de ferramentas focadas em interações pessoais. Segundo a autora, a Comunicação Mediada pelo Computador (CMC) diz respeito ao ambiente virtual como um espaço onde os indivíduos interagem e constroem laços sociais. Assim, a conversação em mídias como o *Facebook*, o *Instagram* e o *Twitter* torna-se um hábito cotidiano para grande parte da população. A pesquisadora considera que o conceito de CMC é motivo de discussão entre os autores que estudam o ciberespaço como ambiente

¹⁰ No original: “*Computer-Mediated Communication (CMC) is the process by which people create, exchange, and perceive information using networked telecommunications systems (or non-networked computers) that facilitate encoding, transmitting, and decoding messages*” (DECEMBER, 1996, s/p)

comunicacional. Ela observa que, para muitos deles, a CMC é um conceito abrangente, relacionado à possibilidade de trocas de informações entre usuários. Contudo, ela defende que a CMC não se restringe aos instrumentos técnicos da comunicação em ambientes digitais, mas também é um produto social, por meio do qual constroem-se relações humanas.

A escrita oralizada é uma das características da CMC. Ou seja, essa comunicação simula aspectos da linguagem falada, ainda que esbarre em limitações como o número restrito de caracteres do teclado e a ausência de pistas não verbais. Dessa forma, é comum o uso de elementos paralinguísticos, como *emojis*, para compensar tais empecilhos. A unidade temporal elástica é outro ponto apontado pela pesquisadora, no que se refere à comunicação no ciberespaço. Afinal, a CMC nem sempre exige a presença de todos os participantes para acontecer. Assim, a conversação pode apresentar aspectos tanto síncronos quanto assíncronos (RECUERO, 2014).

Para Recuero (2014), a representação da presença também é fator dessa mediação. Existem elementos que representam os interagentes no ambiente virtual, tais como comunidades, fotos, *nicknames* ou perfis em sites. As narrativas construídas nesses territórios constituem performances que fornecem informações sobre os contextos e indivíduos participantes da interação. A construção do contexto também é importante e se refere a características próprias de cada ferramenta, tais como *hashtags* ou direcionamento de mensagens a determinado integrante da conversação por meio do caractere @. Essa característica é especialmente visível na comunicação assíncrona, na qual novos participantes surgem e podem pesquisar conteúdos anteriores. Assim, eles conseguem se atualizar sobre os assuntos e temáticas abordados. O último ponto destacado pela autora é a conversação em rede, que se refere à própria estrutura. Assim, a conversação pode se espalhar entre diferentes espaços e mídias sociais na *Internet* por meio de ferramentas de busca como as *hashtags*. Outra manifestação dessa característica é a possibilidade de acesso a postagens em outros momentos muito após elas já terem sido publicadas, o que gera audiências que nem os próprios autores muitas vezes percebem.

A comunicação pela *Internet* trouxe o abalo das estruturas tradicionais de produção de informação, além de novas mediações para a comunicação interpessoal, que mescla vida social com política nas mídias sociais. Afinal, se antes tínhamos os veículos tradicionais como centro, hoje a comunicação convencional faz parte de uma constelação com quantidade muito mais expressiva de agentes atuantes (AGGIO, 2010).

Martijn Dekker (1999), ele próprio pertencente ao Espectro Autista, observa que a *Internet* como ferramenta de comunicação se revela uma potência para pessoas com autismo de

alto funcionamento da mesma forma que a língua de sinais se evidencia para os surdos. A mim, como mulher autista, o paralelo traçado pelo pesquisador parece continuar hoje muito potente. Mais ainda, como alguém que carrega consigo a interseccionalidade de também ser uma pessoa transgênera.

Singer (1998) observa as semelhanças de pessoas com diagnóstico de autismo com os nerds, ao apresentarem características como dificuldades na Comunicação Social e interesses específicos intensos. Ela observa que a comunicação por *Internet* é capaz de suprir as dificuldades comunicativas apresentadas pelos autistas de alto funcionamento. Isso permitiria que eles efetivamente pudessem usar suas vozes para se comunicarem com o mundo.

A ativista e pedagoga autista Carol Souza, que tem diagnóstico de autismo nível 2 de suporte, mantém a página *Autistando*¹¹ no *Instagram*, com mais de 43 mil seguidores. Ela apresenta dificuldades para se articular na Comunicação Oral e comenta como a possibilidade de se expressar por meio de textos é mais acolhedora do que diálogos que exijam reações (FIGURA 7). Segundo o DSM-V, o Transtorno do Espectro Autista pode se manifestar como do grau 1 ao 3, sendo leve, moderado ou severo, a depender do nível de apoio demandado por quem manifesta essa condição (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

Figura 7 - Postagem da ativista autista Carol Souza no Instagram sobre ser uma “pessoa de textos”



Fonte: *Instagram* (<https://www.instagram.com/p/CUqE5jyhS9X/>).

¹¹ Disponível em: https://www.instagram.com/carolsouza_autistando/. Acesso em 19 de dezembro de 2021.

Carol Souza discorre sobre como a comunicação por textos é a ideal para ela e também aponta que a comunicação digital proporciona e facilita a proliferação de seus pensamentos. O ativismo pela *Internet*, assim, tem amplificado vozes de comunidades diversas (feministas, neurodivergentes, *queer*, pessoas com deficiência, entre outras), que interagem e se cruzam. Dessa forma, proporcionam uma representatividade ainda escassa em mídias tradicionais e um ponto um pouco mais seguro de convívio virtual — mesmo que ainda seja difícil encontrar um ambiente de total segurança para pessoas transgênero (GRATTON, 2020).

A comunicação *online* me deixa muito mais confortável do que presencialmente. O ambiente físico envolve uma série de aspectos sensoriais, de sons à iluminação, que podem prejudicar significativamente o meu desempenho durante a socialização. Por vezes, fico mais robótica ou agitada no contato presencial. No território virtual, sinto como se houvesse menos “impeditivos” para eu articular uma conversação, inclusive porque posso pensar entre as trocas de turno durante a interação com maior tranquilidade.

Essa questão me faz pensar na acessibilidade afetiva, que é um raciocínio proposto para relações envolvendo pessoas com deficiência. Ela diz respeito à possibilidade de encontros cotidianos e defende que sujeitos em situação de potencial vulnerabilidade possam ter seus direitos resguardados no que se refere à comunicação e ao encontro com o outro. Assim, os únicos limites para o processo comunicativo seriam os delimitados pelos próprios envolvidos (PESSOA, 2018).

Pessoa e Mendonça (2021) observam o aumento do uso de ferramentas de CMC com a proliferação da pandemia da COVID-19. As pesquisadoras direcionam seu olhar para a busca de maneiras alternativas de se comunicar e se relacionar com outras pessoas constituídas por autistas, em mídias sociais, durante parte desse período. Elas tensionam a produção dessas textualidades com as dificuldades comunicativas de quem tem esse diagnóstico, considerando que sujeitos com deficiência não tendem a ter participação ativa na produção científica e midiática sobre o tema, além de enfrentarem barreiras atitudinais que restringem a sua atuação social. As autoras ponderam que a acessibilidade afetiva não é mensurável e ocorre em situações cotidianas do convívio digital ou presencial, mas que podem ser encontradas pistas de sua concretização em relatos de pessoas autistas nas mídias sociais. Elas consideram que a presença de autistas nesses ambientes geralmente dispensa mediadores como pais ou profissionais, o que favorece a possibilidade de compartilhamento da acessibilidade afetiva ou da falta dela.

Ferramentas como o *Twitter* proporcionam territórios de interação e manutenção dos laços sociais, onde a comunicação ganha um aspecto mais público e coletivo. A atividade

humana nos territórios digitais deixa marcas, que podem prolongar a ação e até a intensidade dos seus impactos. O que em um processo de conversação presencial pode ser mais rapidamente esquecido, encontra-se registrado, uma vez que publicado em uma mídia social. Considerando que a ingenuidade e a impulsividade são características muitas vezes associadas às pessoas autistas, o ambiente de interação em mídias sociais, por nem sempre se manifestar acolhedor, pode apresentar riscos relacionados, por exemplo, à exposição de aspectos mais íntimos da vida pessoal do indivíduo. Foi assim com o meu primeiro namoro, uma relação totalmente à distância e assexual, antes de eu iniciar a transição, por se tratar de um relacionamento não (cis)heteronormativo e com uma pessoa mais jovem. A exposição pública da relação deixou a família do rapaz desconfortável, devido à publicização da sexualidade. As postagens foram feitas por nós mesmos, em função de nossa felicidade de estarmos juntos. Acredito que, embora ele seja um grande amigo hoje que me apoia na transição, este foi um dos motivos que levou ao rápido término da nossa vivência como casal.

Espaços técnicos como o *Twitter* e o *Facebook* são apropriados pelo agente humano, que os utiliza para a configuração de sua prática social (RECUERO, 2014). Assim, esses territórios se abrem para a possibilidade de ameaças e dissensos tal qual ocorre fora do ambiente virtual, mas com a particularidade de tornar os processos de conversação mais perenes e facilmente rastreáveis. As perseguições em mídias sociais são um fator de risco para colapsos em autistas (FIGURA 8).

Figura 8 - Postagem da ativista autista e mãe de autista Adriana Torres no Twitter sobre perseguição em rede social



Fonte: Twitter (https://twitter.com/Adriana_Torres/status/1262048344387588097).

Nessa postagem, a ativista autista e mãe de autista Adriana Torres lamenta a existência de perseguições a pessoas com essa condição em mídias sociais, mesmo por quem

conhece as possibilidades de crises que indivíduos com TEA podem ter. Eu mesma já fui perseguida em mídias sociais, por uma palestrante autista que afirmava que o trabalho meu e de minha mãe banalizava e espetacularizava o autismo, dentre outras acusações mais graves. A frequência com a qual ela entrava em contato com seguidores e publicava postagens maliciosas foi apontado como o fator central para eu ter voltado a desenvolver episódios de auto agressão aos 20 anos. Cheguei a ir para um hospital com overdose de medicamentos após ler uma dessas postagens e ouvir um áudio enviado a uma seguidora. Tomei aqueles remédios não porque quisesse morrer, mas aquela situação estava tão delicada de lidar que eu buscava uma “fuga”. Tive diagnóstico de estresse pós-traumático. Por alguns anos, a minha terapia foi focada em resolver as sequelas dessa situação.

2.5 Narrativas de Vida

Machado (2021) confessa a ingenuidade da sensação de que podemos reproduzir em nossas narrativas os sentimentos e lembranças do passado da mesma forma como eles se manifestaram anteriormente. As explicações, afinal, serão sempre reconstruções imaginárias. A autora opta pelo termo narrativas de vida em vez de autobiografias por ter seu enfoque em aspectos sociais, razões políticas e ideológicas que emergem dessas histórias, e não ao veículo que transmite a voz do autor ou o espaço de tempo coberto por ele.

Segundo Lejeune (1996, p. 14), a autobiografia é “uma narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, dando destaque a sua vida individual e, em particular, a história de sua personalidade”. Assim, há um compromisso de uma análise pelo menos próxima ao total da vida que está sendo narrada. As narrativas de vida, por sua vez, surgem em fragmentos narrados em espaços mais cotidianos, tais como entrevistas ou conversas, por meio de relatos que entrelaçam fatos e ficções (MACHADO, 2021).

No canal *Mundo Autista*, que mantenho com Selma Sueli Silva, minha mãe, as narrativas de vida surgem espontaneamente por meio de nossos diálogos. Um exemplo pode ser observado na fala dela durante o vídeo *A Comunicação do Autista na Vida Diária*:

Uma coisa que sempre permeou minha vida, Sophia, e que, assim, me deixa até um pouco engasgada é a questão do sentimento de inconveniência. (...) Eu normalmente, desde que eu me entendo por gente, eu sinalizo: se eu for inconveniente com você, por favor, me diga. Porque, se não disser, eu não vou ter essa percepção. Uma das coisas mais difíceis que eu fiz foi entrar no mercado de trabalho e entender essa linguagem do mercado de trabalho, porque a pessoa fala o que é querendo falar outra coisa, fala o que sabe, mas sabe mais, fala que não sabe, mas sabe sim (SILVA, 2021, s/p).

Nesse vídeo, como em outros disponíveis no *YouTube*, Selma cita exemplos de acontecimentos e percepções que atravessaram a sua trajetória sob a sua atual interpretação. De acordo com Machado (2021, p. 48), “a narrativa de vida pode estar ligada ou mesmo fazer parte de uma história de ficção, ou ainda da história familiar. Ela pode ressaltar um acontecimento social ou cultural ou se concentrar na transcrição subjetiva e vivida de fatos da História”. Assim, a análise irônica da ativista transexual Daniela Andrade no *Facebook*, sobre o caso de um juiz que negou a cobertura do plano de saúde para a cirurgia de redesignação sexual de uma mulher trans em São Paulo, configura-se como uma narrativa de vida (FIGURA 9).

Figura 9 - Postagem da ativista trans Daniela Andrade no Facebook

 Daniela Andrade
18 de novembro · 🌐

Gente... o magistrado dizendo que o "transexualismo é uma opção pessoal da pessoa":

"Como se sabe, o transexualismo não é uma patologia, mas uma opção pessoal da pessoa, perfeitamente aceitável, sem qualquer motivo para repercussão negativa, seja no mundo social como jurídico", afirmou o desembargador na decisão.

Ah sim, um dia eu estava em casa tendo todos os privilégios de homem cis e pensei: e se eu passasse a ser transexual heim? Acho que seria ótimo ser transexual no país que mais mata travestis e transexuais no mundo.

Seria o máximo ser expulsa de casa, expulsa de banheiro, precisar provar sempre que sou 10 vezes mais capaz, lutar durante anos na justiça pra ter um direito que a Constituição diz estar assegurado para todos, como o direito à dignidade da pessoa humana.

Apanhar na rua, levar cuspidinha na cara, ser xingada, inferiorizada.

Está aí, vou optar pelo "transexualismo" (sic).

E não vou comentar a parte que diz que a cirurgia de transgenitalização é "meramente estética". Como se fosse um procedimento qualquer para nos sentirmos mais bonitas, sem quaisquer abalos psíquicos e psicológicos.

É cansativo ter que ensinar gente dita culta a mesma coisa 1 trilhão de vezes, pois eles fazem questão de não ouvir, do alto de suas torres de marfins, olhando para nós, pobres mortais.



G1.GLOBO.COM ✓

TJ-SP nega pedido para plano de saúde pagar cirurgia de redesignação sexual por julgá-la 'estética'

👍👎🙄 22

4 comentários 4 compartilhamentos

Fonte: Facebook (<https://www.facebook.com/danielasobrevivente/posts/1846022002268034>).

A autora da publicação revela, em tom crítico, graves desafios enfrentados cotidianamente por pessoas transgêneras no contexto brasileiro. Narrativas de vida, como é o caso dessa, surgem de maneira imprevisível e por vários motivos, seja pela necessidade de um desabafo ou justificativa para uma ação que os outros julguem como estranha. As memórias subjetivas dos narradores influenciam como serão as suas versões das histórias, que nunca correspondem inteiramente à realidade factual (MACHADO, 2021).

Para Sibilia (2016, p. 105), “as complexas fronteiras entre realidade e ficção ficam cada vez mais embaçadas nesses jogos, pois as telas interconectadas parecem cenários muito adequados para que cada um realize a performance de si mesmo.” Assim, por ser impossível a preservação pura do passado, é questionável a existência de um pacto da verdade entre autores e receptores de autobiografias. Afinal, a memória ganha fluidez por estar em contato com a imaginação, o que significa que a dimensão dos acontecimentos, pessoas e lugares pode ser alterada (MACHADO, 2021).

3 AFETOS E DIVERSIDADES: UM OLHAR PARA O COLETIVO

Revivendo os meus afetos ao longo da minha vida, lembro-me que, quando eu era criança, em função de minhas características autistas, tinha reações muito peculiares no que tangia à interação com outras pessoas. Disparava a falar sobre um assunto que ganhava meu interesse, sem ter a leitura social de que poderia estar atrapalhando um adulto no trabalho, por exemplo. Demonstrava, com muita transparência, as minhas percepções sobre os estímulos sensoriais do ambiente, às vezes com risos incontroláveis, às vezes com expressões de raiva. Não tinha freio algum e não percebia com certeza a maneira como as pessoas me observavam, o que me garantiu o rótulo, na família e na escola, de criança “mimada” e “mal-educada”.

Quando entrei na adolescência, minha consciência sobre como o meu jeito de ser impactava os outros foi se aperfeiçoando, principalmente depois que eu comecei o tratamento com profissionais especializados em autismo aos 11 anos, em 2008. Com a chegada da adolescência, o início do tratamento medicamentoso e psicológico e a sensação de que eu era sempre inconveniente, passei a ter um temor muito grande da exposição e a reprimir intensamente os meus afetos. Novos rótulos vieram, como os de uma adolescente “tímida”, “robótica” e “sedada”. Lembro-me de que foi nessa fase que a dentista que me acompanhava desde a infância reportou à minha mãe que eu estava “estranha”, sem a “energia” que evidenciava antes disso.

Eu tinha muito receio de me expor até para os profissionais que me acompanhavam. Quando foi verbalizada a questão da transgeneridade, aos 14 anos, o que senti deles foi uma tentativa ainda maior de me ensinar a esconder gestos e emoções que poderiam ser vistos como “femininos”. O argumento utilizado era de que isso evitaria o *bullying* ou o assédio. Assim, eu recebia orientações de profissionais diferentes para falar sobre futebol (um tema considerado culturalmente “masculino”), apesar de não manifestar nenhum interesse pelo assunto, e para “sinalizar” gestualmente de maneira mais masculinizada. Sentia-me transformada em uma

espécie de personagem em que não importava o que eu era de fato; mas, sim, como as pessoas iriam me perceber. Os impactos da camuflagem social começaram a surgir com mais ênfase em minha trajetória, mas eu não via sentido em ter que mudar o meu jeito de ser apenas para ser aceita. Queria ser vista como uma vida singular e respeitada por isso.

Um dos profissionais que me acompanhou depois de adulta chegou a dizer que eu deveria “colocar na balança” as questões envolvendo a mim e à transgeneridade, o que me soou se tratar apenas como mais uma “demanda” (palavra usada por ele), não de uma questão essencial à minha identidade como indivíduo. Desde a adolescência, tenho o desejo de decifrar as interações sociais em função do desafio que elas mostram ao meu cérebro neurodivergente e, após adulta, mergulhei em um processo de retornar à valorização das experiências sensoriais. Considerando que os afetos estão no cerne da comunicação, a pesquisa em dimensão afetiva permite uma união entre o ético, o estético e o político sob uma visada humanista (MORICEAU, 2020). Entre as propostas há o desenvolvimento de descrições etnográficas mais reflexivas, do qual emergem alguns efeitos no leitor (STEWART, 2007; DE ANTONI; DUMOUCHEL, 2017). Essa “virada afetiva” tem como influência a Teoria Feminista e a Teoria Queer, no que tange a, respectivamente, focar o corpo e explorar as emoções (HARDT, 2007). Quem trabalha com pesquisa em dimensão afetiva afeta e é afetado pelo seu *corpus* (PESSOA; MARQUES; MENDONÇA, 2019). Assim, as características da pessoa pesquisadora são importantes para a pesquisa, mas esta não se restringe à experiência dela, porque emergem novos processos de afetação e aprendizado durante a observação (MORICEAU, 2019).

Apesar de todo o sofrimento acoplado às minhas vivências, sinto-me em posição privilegiada perante os demais autistas transgêneros que tenho observado em mídias sociais. Mesmo sendo uma figura pública dentro da comunidade do autismo, não tive grandes experiências traumáticas como as relatadas por eles: transfobia explícita e agressiva de médicos após a transição e mesmo de pais de outros autistas em ambientes digitais. A transfobia que sofri no ambiente digital se limitou a pessoas que não conheciam o meu trabalho, quando a postagem que fiz sobre a transição viralizou. Percebi, também, um espectro da transgeneridade (similar ao que ocorre nas manifestações de autismo) que vai muito além do binarismo homem-mulher (cis ou trans). Assim, o movimento de partir de uma intensa experiência singular para lançar um olhar sobre as necessidades coletivas é muito caro à minha pesquisa, inclusive por considerar que os questionamentos que pairam sobre a vivência autista e transgênero não podem ser sanados sem o conhecimento das narrativas dessas pessoas (LAWSON, 2019).

A virada afetiva coloca a pessoa pesquisadora em uma relação de comunicação ética na qual percebem-se os afetos antes de eles serem transformados em conceitos: as características do pesquisador como sujeito são importantes para a pesquisa, que se abre a novas possibilidades de aprendizado no encontro com outras experiências. Assim, não se objetiva estudar a outra pessoa, mas refletir sobre todos os afetos que são trocados entre pesquisadores e seus interlocutores de maneira a perceber como a performance deles interfere no que se estuda. Para isso, é preciso ter a abertura de se permitir ser tocado pelo outro. Dessa forma, é importante tentar recriar o afeto, não somente explicá-lo ou imitá-lo; é preciso despir-se do conhecimento prévio para aprender mais. Portanto, visa-se à comunicação não do conteúdo do discurso do autor, mas da inquietação que o força a pensar. Por meio de uma escrita performativa, pretende-se comunicar não visões abstratas, mas experiências concretas (MORICEAU, 2019).



3.1 Fragmentos cotidianos e inspiração etnográfica

A dissertação traz inspirações autoetnográficas e netnográficas. A netnografia tem como objetivo preservar, no ambiente digital, a riqueza de nuances da observação etnográfica (BRAGA, 2001). Por sua vez, a autoetnografia é adequada para evitar problemas de representação de grupos marginalizados e é uma ferramenta potente para desvendar histórias de subjugação e resistência do local onde elas ocorreram, cruzando biografia com aspectos da vida social, como história, política e cultura (GRIFFIN, 2019; PRATT, 2003; DENZIN, 2017).

Minha pesquisa envolve uma observação de caráter exploratório, não participante, a qual se utiliza mais de ferramentas intelectuais do que tecnológicas para a extração dos fragmentos coletados, de maneira distinta da perspectiva quantitativa de pesquisa (PESSOA, 2018; DAS, 2020). Foram monitoradas quatro páginas no *Twitter* entre dezembro de 2020 e julho de 2021. Durante este período, todas se encontravam públicas. O objetivo, portanto, é conseguir elementos para um diálogo. Os perfis foram escolhidos sob uma perspectiva qualitativa por serem pessoas autodeclaradas autistas e transgêneras, atuantes nas discussões sobre ambos os temas.

Tabela 1: Páginas do Twitter consultadas durante dezembro de 2020 e julho de 2021, com descrição da bio e número de seguidores em 13 de julho de 2021.

Twitter	Bio	Seguidores
@migitsu	“trans & gay • autista & TDAH • ele/o • he/him • lê o carrd antes de seguir”	1.557

@annebealeblanc	“Perfil  De Esquerda Antirracista Antifa ND Leia o fixado para mais infos Professora de canto, inglês, violão e alemão. mail: anneski@outlook.com.br”	1.211
@Dan_Aleey	“Autismo e vivência LGBTQ • ele/ela • voluntário n@Climate_Sci • Conheça minha página: instagram.com/explicandoauti... ”	6.039
@AllUfology	“  Autista, artista Paleta de artista, bruxo pagão que ama cogumelos e sapos CogumeloCara de sapoFaíscas (ele/dele).”	4.233

Fonte: da autora.

Por meio de uma escrita performativa (MORICEAU, 2016), busco captar a espontaneidade sensorial cotidiana como início de uma reflexão com caráter mais abrangente, de maneira a extrair das relações em pequena escala aspectos não tão facilmente observáveis (STEWART, 2007; MORICEAU, 2020; MENDONÇA, 2022; DAS, 2020). Tal decisão foi tomada com o intuito de minimizar prováveis dissensos entre argumentações teóricas investigadas pelas ciências sociais com a realidade prática na qual se delineiam as experiências de sujeitos caros à pesquisa (VIZER, 2011).

Segundo Das (2020, p. 24), “as relações concretas que estabelecemos ao conviver com os outros são como sombras de questões mais abstratas — isto é, que aprendemos sobre a natureza do mundo no processo de tal convívio”. A minha intenção com esse trabalho, portanto, não se restringe a visibilizar os dramas e as lutas de autistas transgêneros. Interessa-me, também, um movimento de interação com o *corpus*, como descrevem Pessoa, Marques e Mendonça (2019).

3.2 *Corpus sui generis* e bricolagem metodológica

Nesta dissertação, afasto-me de uma perspectiva quantitativa de pesquisa para mergulhar na construção de um *corpus sui generis* (PESSOA, 2018). Dessa forma, procuro me embasar em “um conjunto de documentos, dados, informações e páginas nas redes sociais, observadas em um período específico, e o diálogo desse *corpus* com alguns achados de pesquisa que estavam conectados a ele por meio de compartilhamentos das próprias redes observadas” (PESSOA, 2018, p. 91). Essa abordagem permite uma interação entre elementos diversos

presentes nos ambientes digitais e o *corpus sensível* da mestranda que aqui escreve, afinal, as emoções das pesquisadoras, embora usualmente negligenciadas dos resultados e análises acadêmicas, são parte indissociável do esforço científico (PESSOA, 2018).

O *corpus* desta pesquisa não se fecha nas páginas escolhidas para observação no *Twitter*. Para ampliar as possibilidades de discussão, proponho a articular vivências e colocar em diálogo não apenas os perfis monitorados, mas também casos de pessoas transgênero ou autistas de repercussão midiática. Isso, tanto no Brasil quanto em outros países, de modo a englobar exemplos contemporâneos ou emblemáticos que ganharam destaque nas mídias sociais ou tradicionais.

A ideia de ampliar o *corpus* vem da ponderação de que essa dissertação não deve ficar datada ou restrita a uma época ou grupo específicos. O diálogo é um ponto crucial para a reflexão proposta. O contato com vivências diferentes acerca dos fenômenos da transgeneridade e do autismo, portanto, revela-se relevante para a compreensão do cenário no qual se insere a interseccionalidade retratada.

Assim, permito-me a ser exposta a filmes, séries de televisão, entrevistas e outros produtos midiáticos disponíveis em ambientes digitais que tenham relação com os temas centrais abordados nesta pesquisa na interação com os perfis escolhidos. Também me comprometo a compartilhar as afetações que vão surgindo ao longo desse contato. Dessa forma, os diálogos vão se constituindo por meio da triangulação e interação entre a minha experiência pessoal, os relatos expostos em meios de comunicação que tenham ligação com os assuntos abordados, e as relações e percepções desveladas por autistas transgêneros no *Twitter*.

Tais escolhas abrem caminho para a confecção de um processo de bricolagem metodológica. Esta auto permissão favorece resultados inesperados ao aceitar que o *corpus* indique possibilidades (PESSOA, 2018), o que me atrai muito. Afinal, a abertura para novos aprendizados por meio da relação com o *corpus*, assim como o questionamento dos métodos pré-estabelecidos, são cruciais para uma pesquisa em dimensão afetiva (MORICEAU, 2020). O meu processo de transição social ocorre justamente no período em que esta pesquisa se desenvolve, entre 2020 e início de 2022, o que torna o momento de idealização e escrita da dissertação um cenário propício a novas descobertas.

4 ARQUIPÉLAGOS TEXTUAIS E PROCESSOS DE AFETAÇÃO

Segundo Ribeiro, Martins e Antunes (2017, p. 3), “os textos são vistos como prática de representação e significação do mundo, o constituem e constroem como significado, jamais

visto como dado, mas instituído e configurado pela ação languageira do homem em situação de troca social”. Já para Leal (2018, p. 18), “a vida e o agir humanos podem ser vistos como ‘textos’. Com isso, ‘textualidade’ passa a se referir tanto ao que faz ‘de um texto um texto’ como aos modos de investigá-lo”. Estas citações me auxiliam na compreensão de minha própria experiência afetiva com a Comunicação Social como área de conhecimento.

Desde que ingressei no curso de Jornalismo, em 2015, percebo afetos tanto de questionamentos como de admiração vindos de outras pessoas por eu ter optado por uma área em cujo déficit é considerado o principal critério diagnóstico para a minha condição neurológica de autista. Essa observação se acentuou quando ingressei no Mestrado em Comunicação Social, em 2020.

Em *lives*, entrevistas e palestras, afirmo que minha escolha por me aprofundar em tal seara se deu, em um primeiro momento, principalmente pelo meu desejo de buscar formas de me expressar e de compreender os processos sociocomunicativos. Minha linguagem, especialmente na infância e na adolescência, tinha como característica marcante um vocabulário rico e rebuscado que impressionava os adultos, mas era disfuncional no que tangia à decodificação e comunicação de meus próprios sentimentos e emoções. Embora eu me encantasse na observação de nuances dos atos de outras pessoas e gostasse de observá-las e analisá-las, essa dificuldade comunicacional prejudicava a minha interação com elas, o que me trouxe fortes sensações de angústia, colapsos esporádicos e uma crise de fobia social na adolescência que perdurou pelos três anos do Ensino Médio.

À medida em que me aprofundei nos estudos da Comunicação, percebi que esses processos que gostaria de entender envolviam relações e atravessamentos muito mais complexos do que a minha rigidez cerebral proveniente do autismo me deixava perceber em determinados momentos. Por exemplo, me senti convidada a pensar, a partir dos escritos de Abril (2007, p. 82), que “o texto possui fronteiras com outros textos, propõe (e estabelece) interlocução com eles e apresenta para o leitor uma rede de textos com significados distintos, que se aproximam, distanciam, compõem esse arquipélago”. Com isso, me abri para um processo maior de reflexividade do que de interpretações por vezes rápidas e rígidas.

Apesar de minha tendência à rigidez de pensamento, em função de características do autismo, compreendi que, na pesquisa em dimensão afetiva que optei por desenvolver, é necessário “reflexividade para questionar o método, reflexividade para criar a forma de exposição, mas a reflexividade pode envolver a significação, a importância que o trabalho possui para o âmbito social, para a política, para a situação em que se insere” (MORICEAU, 2020, p. 29). Segundo Moriceau (2020), a reflexividade é um dos momentos importantes da

pesquisa em dimensão afetiva e se diferencia da reflexão por estar, diferentemente de outras perspectivas de pesquisa que privilegiam o distanciamento, aberta ao inesperado e aos movimentos que afetam a pessoa pesquisadora.

Por muito tempo, eu não tive contato com outras pessoas transgêneras. Eu me sentia muito sozinha. Busquei nas mídias sociais e fui inserida em um grupo no *Facebook* com autistas trans. Percebi uma vivência muito sofrida, que trazia marcas afetivas a ambas as condições para além do meu lugar privilegiado de mestrandia, embora eu também tivesse que lidar com meus próprios fantasmas. Foi quando notei a ausência de pesquisas sobre o assunto, principalmente na área da comunicação e em terras brasileiras.

No Brasil, há peculiaridades no estudo de comunicação e gênero porque há poucas pesquisas sobre isso, a maioria teórica. As pesquisas em comunicação exigem um cuidado ético específico devido à subjetividade e à capacidade de afetação dos sujeitos. O contato empírico confere um caráter problematizador à pesquisa, tomando a experiência como uma série de fatores articulados de emoções a afetos (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020).

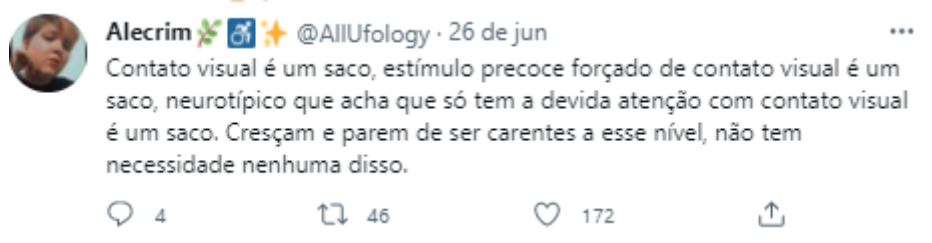
4.1 Desafios cotidianos possíveis para autistas

Ao longo da minha trajetória como autista, eu senti, em diversos momentos, uma pressão muito forte dos profissionais para que eu camuflasse as características do meu diagnóstico. Estratégias para pessoas no Espectro Autista não parecerem autistas podem ser prejudiciais a longo prazo à saúde mental dos indivíduos (HULL *et al.*, 2021). Nota-se, assim, mais uma barreira imposta para pessoas com deficiência, no sentido de buscar um “conserto” para uma condição incurável, em vez de estimular a aceitação e a convivência com a condição. Nessa lógica, parecer “normal” é mais importante do que ter qualidade de vida.

As relações de poder e saber, tão presentes tanto no campo das transgeneridades como na seara do autismo, tomaram um espaço importante em minha busca por reflexão. O sentimento de invalidação velada ou explícita da minha voz esteve muito presente em minha trajetória. Walker (2012) problematiza as narrativas do modelo médico da deficiência em relação ao autismo e observa uma tendência de responsabilização da pessoa autista (devido à sua pouca habilidade comunicativa e dificuldades com empatia cognitiva) pelos entraves de entendimento comunicacionais com neurotípicos, de forma a ignorar as nuances e a complexidade das relações entre diferentes sujeitos. Isso evidenciaria uma dinâmica de privilégio e poder pelas pessoas neurotípicas, que seriam favorecidas nesses embates, independentemente do grau de compreensão apresentado por elas

De fato, viver em uma sociedade que, como Walker (2012) sugere, cultua certos tipos de funcionamento, tende a ser desgastante e mesmo desafiador. Uma das características mais clássicas quando se pensa no TEA é a dificuldade de realizar contato visual. Muitos autistas relatam aprender a mascarar essa característica por meio de estratégias como olhar entre as sobrancelhas do interlocutor, afinal, há uma antiga máxima de que quem não olha nos olhos não é confiável. Aplicar tais estratégias para passar mais credibilidade em entrevistas de emprego, por exemplo, ou mesmo não soar como uma pessoa ameaçadora em abordagens policiais, não é sempre uma tarefa tranquila (FIGURA 10).

Figura 10 – Postagem de @AllUfology sobre contato visual



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/AllUfology/status/1408950197464436747>).

O autor da postagem discorre sobre a dificuldade de pessoas no Espectro manterem contato visual, além das expectativas sociais que, na interação com essa característica, podem dificultar a relação de autistas com neurotípicos. Ter esse tipo de contato pode ser realmente desafiador e exigir um gasto de energia muito grande e mesmo para a camuflagem social em momentos de muitas informações e estímulos sensoriais. De acordo com Hull *et. al.* (2018, p. 839, tradução nossa), a camuflagem social é “o uso de estratégias por pessoas autistas para minimizar a visibilidade de seu autismo em situações sociais”.¹² Um dos meus grandes fantasmas em relação ao autismo encontra-se justamente no fato de que, em suas manifestações mais sutis, as características da síndrome não são facilmente observáveis e podem abrir margem para interpretações errôneas sobre o porquê elas ocorrem e até mesmo a intenção por trás delas.

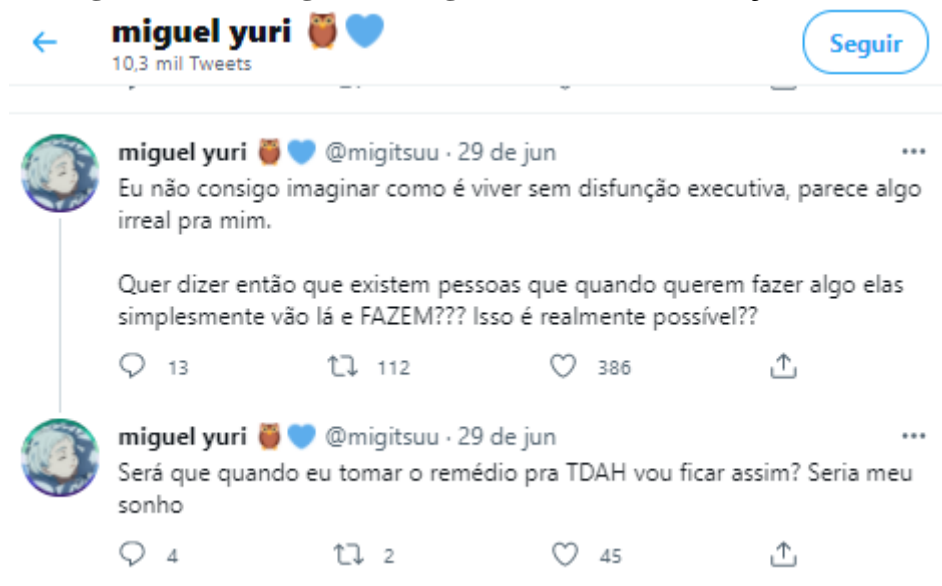
Essa invisibilidade se torna particularmente evidente quando viajo para eventos fora da cidade onde moro e preciso trafegar por aeroportos. Embora seja avisado às companhias aéreas que eu e minha mãe devemos receber atendimento prioritário, muitas vezes essa solicitação é negligenciada e/ou recebida com rispidez. Ambientes como aeroportos são gatilhos para colapsos nos quais ou ficamos mais agitadas (*meltdown*) ou paralisamos completamente

¹² No original: “*the use of strategies by autistic people to minimise the visibility of their autism in social situations.* (HULL *et. al.* 2018, p. 839).

(*shutdown*). Assim, somos muitas vezes notadas como pessoas grosseiras ou desatentas e pouco preocupadas com o coletivo quando na realidade apenas precisamos de suporte para enfrentarmos os desafios comunicacionais e sensoriais de um lugar como aquele.

O autismo costuma vir junto a outras condições médicas e/ou psiquiátricas, que ocorrem com o quadro central e são chamadas, no linguajar médico, de “comorbidades” e de “condições coexistentes” por muitos ativistas autistas. Algumas delas tendem a se intensificar na fase adulta em função de estratégias utilizadas para camuflar o diagnóstico (HULL *et. al.*, 2021), como é o caso do Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), o qual faz parte do meu quadro clínico. Na vida adulta, também, a disfunção executiva, presente especialmente em autistas e outras pessoas que apresentam TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), revela-se um grande desafio (FIGURA 11).

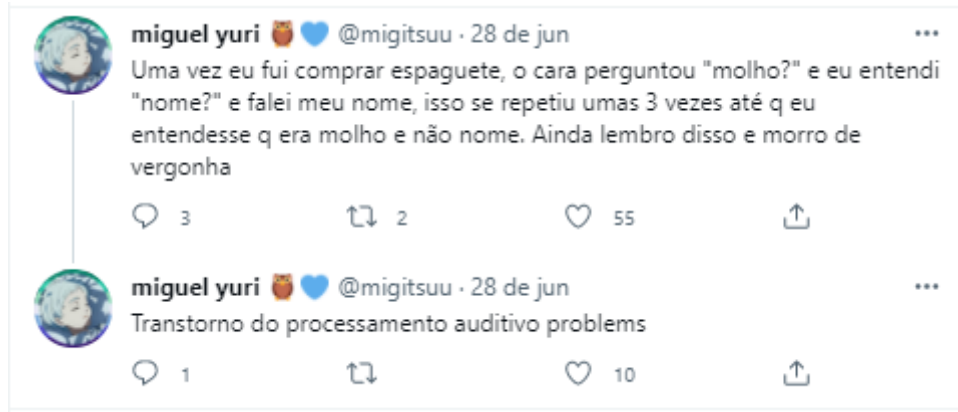
Figura 11 – Postagem de Miguel Yuri sobre disfunção executiva



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/migitsuu/status/1409969559969349638>)

O autor discorre sobre sua dificuldade em nem sequer imaginar-se realizando tarefas cotidianas de maneira mais automática. Afinal, disfunção executiva significa o déficit em uma série de funções complexas para a autorregulação e o autogerenciamento do indivíduo (BARROS; HAZIM, 2013). Esse déficit nas funções executivas tende a trazer grandes dificuldades de autonomia para questões aparentemente simplistas, mesmo depois da fase adulta. Pessoas no Espectro Autista apresentam, além disso, manifestações diversas de Transtorno do Processamento Sensorial (TPS). Portanto, situações banais cotidianas podem gerar momentos de desconforto em graus de intensidade variados (FIGURA 12).

Figura 12 – Postagem de Miguel Yuri sobre Transtorno de Processamento Auditivo



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/migitsu/status/140951496011640422>).

O autor relata uma situação corriqueira na qual se sentiu envergonhado após cometer um engano em função do transtorno do processamento auditivo. Esse depoimento, a priori simples, evidencia um fator que tende a potencializar desafios na vida social de autistas. Na minha pré-adolescência, quando passei a estudar em um colégio maior, fui aos poucos deixando de ficar com os colegas no recreio. Não pelas dificuldades comunicativas comportamentais do autismo, mas por, em muitos momentos, não conseguir acompanhar as conversas, algo muito mais elementar. Por mais que eu fosse verbalizada e pudesse interagir de maneira eficiente em alguns ambientes, eu tinha dificuldade de diferenciar sons e perceber o que os colegas falavam comigo. Com a possibilidade de interação com os outros se tornando mais restrita, passei a ser alvo de *bullying*, tanto no que tangia a agressões verbais como em outras manifestações mais veladas: ser ignorada e constantemente criticada.

A Teoria da Dupla Empatia (MILTON, 2012) surge tanto como uma potência para a análise das relações entre autistas e neurotípicos como, também, revela-se uma alternativa a percepções dicotômicas ou maniqueístas que talvez apareçam na observação desses dissensos. Para ele, a falta de percepção social manifestada nas atitudes de autistas, embora tenha origem biológica e social, também se encontra histórica e culturalmente situada em discurso. Ou seja, do mesmo modo que autistas carecem de leitura e repertório sobre os comportamentos e percepções de neurotípicos, esses últimos também demonstram uma falta de conhecimento cultural a respeito dos modos de agir e reagir dos autistas. O sociólogo também defende que, apesar de as pessoas autistas, em muitos casos, desenvolverem uma capacidade maior de compreensão dos modos de ser neurotípicos, no que se refere a costumes e questões sociais, o contrário não costuma ocorrer, visto que, em geral, neurotípicos não apresentam nenhum

requisito pessoal (ou de sobrevivência) para a compreensão da mente de alguém autista, exceto que haja o convívio com uma pessoa nessa condição. Portanto, a ideia de déficit social não daria conta de traduzir os emaranhados das interações, que apresentam modos distintos de sociabilidade.

4.2 Performatividade

No que se refere a autismo e performatividade de gênero, Milton (2021) considera que a não conformidade com as expectativas da sociedade é um dos principais fatores que levam alguém a ser identificado com autismo e tem papel crucial na narrativa do que significa ser autista. O autor sugere que as pessoas com essa condição tendem a desafiar naturalmente as normas sociais sobre gênero, independentemente de serem trans ou não. Para ele, os comportamentos peculiares de autistas em suas performances de gênero podem estar relacionados a uma leitura social não normativa, além da falta de compactuação com o esforço que algumas representações exigem, como o uso de maquiagem para realçar feminilidade. O sociólogo mostra-se reticente em relacionar a teoria de performatividade de gênero com o autismo, principalmente no caso de pessoas não oralizadas. Segundo ele, os atos subversivos demandam tanto a simulação como o deslocamento de convenções culturais, e a capacidade de imitação, necessária às representações, é prejudicada no TEA.

De todo modo, porém, os escritos de Judith Butler (2014, 2019) sobre as teorias da performatividade parecem dialogar muito bem com os nossos achados de pesquisa, no que se refere a autistas transgêneros. Butler (2014, p. 148) observa que “a ‘nomeação’ do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual”. Para muitos autistas, a definição de sua maneira de expressão de gênero por meio da linguagem costuma colaborar na ampliação da consciência sobre si (MENDES, MARONEY; 2019). Essa constatação encontra eco na acepção de Butler (2014, p. 252) de que é preciso “redescrever as possibilidades que já existem, mas que existem dentro de domínios culturais apontados como culturalmente ininteligíveis e impossíveis” (FIGURA 13).

Figura 13 – Postagem de apresentação de Anne LeBlanc



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/annebealeblanc/status/1346238501256364033>).

Anne LeBlanc se apresenta como mulher trans não binária (NB), além de autista, panssexual, pró poliamor (ainda que monoamor), pagã e anarcofeminista. Essa pluralidade de elementos constitui a sua performance da feminilidade e não estão desassociados da identidade de gênero, mas me trouxe uma série de afetações, provavelmente em função de eu ter mais contato com modelos, inclusive midiáticos, que fortaleciam a imagem de uma mulher cisgênero “padrão”, no que se refere a elementos estéticos, em vez de evidenciarem a multiplicidade de fatores que possibilitam a expressão do que é ser uma mulher. A barba, por exemplo, parece-me um elemento da sensualidade masculina, mas, como a própria Anne ressalta, é apenas um componente entre outros diversos que denotam uma performance feminina (FIGURA 14).

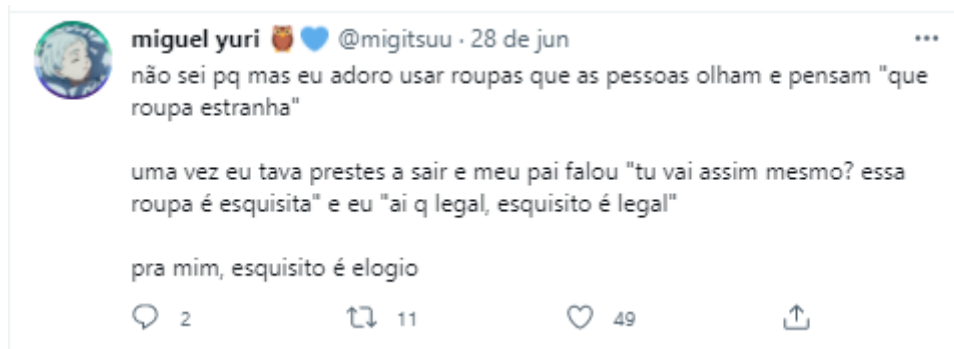
Figura 14 – Postagem de Anne LeBlanc sobre performar feminilidade



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/annebealeblanc/status/1398683985107197953>)

Anne LeBlanc reforça a importância da maneira como ela se percebe mulher e como isso se traduz na foto. Há toda uma discussão, no que se refere à prevalência da população LGBTQIA+ entre autistas e de como isso talvez fosse reflexo de que pessoas do Espectro teriam maior facilidade de “saírem do armário” por serem mais autênticas e menos preocupadas com convenções sociais. Embora haja críticas a essa abordagem, inclusive de minha parte, é interessante como isso pode se manifestar em uma forma mais “lógica” de perceber os fenômenos. O performar feminilidade de Anne parece se importar menos com o pensamento externo acerca de algumas convenções sociais sobre ser mulher. Por outro lado, como seres sociais que são os humanos, os autistas não existem de maneira apartada ao restante da sociedade (FIGURA 15).

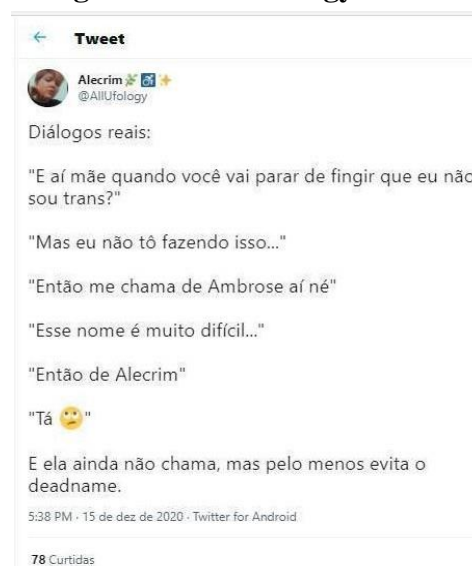
Figura 15 – Postagem de Miguel Yuri sobre vestuário



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/migitsu/status/1409684219081658368>).

Miguel Yuri discorre sobre como gosta de expressar uma aparência “esquisita” no vestuário. Aos 18 anos, quando iniciei a minha produção de conteúdo sobre o TEA e passei a ter contato com outras pessoas do Espectro que não fossem familiares, tive a impressão de que alguns autistas, diferentemente dos que tinham maior adaptação social e comportamental, gostavam de evidenciar uma personalidade mais estranha, talvez em uma aceitação exacerbada da maneira como eram lidos socialmente. Ao trazermos a transgeneridade à discussão, podemos lembrar da origem do termo “*queer*”, que, em essência, denota alguém que não se conforma à norma (MISKOLCI, 2012; BUTLER, 2014). Ainda assim, rótulos são, em alguma medida, necessários ao social e o próprio nome escolhido de forma a substituir o *deadname* (o nome da pessoa trans registrado no nascimento) parece operar nessa lógica (FIGURA 16).

Figura 16 – Postagem de @AllUfology acerca do nome social



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/AllUfology/status/1338946604661940225>).

O autor da postagem relata sobre como a negativa da utilização do nome social, por parte de uma familiar, fez com que se sentisse menos validado e aceito em sua transição. Aqui, percebo que alguns elementos sociais, como o nome a ser utilizado, mesmo que se tratem de uma convenção, evidenciam dissensos na aceitação da transgeneridade. Não é incomum percebermos algumas pessoas se recusarem a chamar pessoas trans pelo nome social. Mesmo depois que retifiquei meus documentos, passando a me apresentar como Sophia inclusive civilmente, houve familiares que apresentaram essa dificuldade, talvez por rigidez, apego ou mesmo como uma forma de me criticar.

No que tange aos comentários ofensivos de pessoas mais próximas e até mesmo queridas em relação à minha transição, o que parece perpassar todos eles era uma ideia de “escolha”, como se a minha transgeneridade fosse algo que eu pudesse “domar” com a mente, e como se as disforias em relação ao meu corpo pudessem ser relevadas, resumindo-as a uma percepção estética desagradável. Cheguei a ouvir que deveria me vestir com trajes masculinos para não desagradar a outras pessoas da família que poderiam se sentir desconfortáveis com isso. Em diversos momentos, era reforçado um discurso de que eu estaria impondo uma característica minha que, por ser indesejável a outros, deveria permanecer escondida.

À minha mãe se estendiam críticas por ela permitir (mesmo eu sendo maior de idade) que eu me maquiasse. Essas pessoas afirmavam que ela estaria me incentivando a tomar uma má decisão. Ela cortou relações com um desses familiares quando ele afirmou que eu não precisava de ter qualquer amparo dele por já manifestar maturidade para “escolher o gênero” e que tal “decisão” era fruto da criação materna.

4.3 Fase ou fluidez?

Segundo Greenberg e Weir *et. al.* (2020), existem várias razões para que as associações entre identidade de gênero não conforme com a designada no nascimento e os diagnósticos de autismo não sejam vistas como engano ou impressão. Os pesquisadores observam vários conjuntos de dados com estratégias de recrutamento, vieses de apuração, origens culturais e faixas etárias muito diferentes.

A questão de gênero tem forte ligação com os padrões socioculturais. Apesar de pessoas autistas serem consideradas com maior inflexibilidade cognitiva, elas tendem a ser mais libertas dos entraves socioculturais. Nesse sentido, a identificação de sexo/gênero tende a ser mais fluída e se importar mais com o que a pessoa se percebe legitimamente (LAWSON, 2019).

As percepções de rigidez de pensamento no TEA encontram eco na minha própria experiência. Para mim, eu sou o que sou e como me expesso na sociedade. Por isso, embora eu tenha passado parte da minha vida buscando me adequar a padrões de normatividade, a questão de gênero em si, em minha acepção, é muito mais simples do que a ideia de ter que negociar com a sociedade o direito de expressar as minhas características. Meu cérebro autista, portanto, parece raciocinar em cima de fatos. Se eu sou uma mulher trans, não vejo outra alternativa senão buscar a melhor qualidade de vida com esta peça identitária.

É certo que por muito tempo tentei mascarar esse traço da minha identidade. Por unir em meu corpo características tanto de pessoa com deficiência como de transgênero, recebi olhares de estranhamento e, ao que me parecia, buscas de outras pessoas para decifrar o porquê de minhas peculiaridades. A minha feminilidade, como pude perceber no encontro com outros, despertava curiosidade.

Muitas pessoas me perguntavam sobre minha orientação sexual, outras questionavam se os gestos mais delicados eram frutos de uma coordenação motora prejudicada por características autistas. No entanto, nunca quis esconder essa feminilidade, que se estendia até aos hiperfocos em princesas da Disney, literatura *chick-lit* (gênero literário destinado à mulher moderna, também conhecido pelo termo pejorativo “literatura de mulherzinha”, que engloba livros como *O Diário da Princesa*, *Os Delírios de Consumo de Becky Bloom*, *O Diabo Veste Prada* e *O Diário de Bridget Jones*, dentre outros), além de contos de fadas, por exemplo, mesmo quando ainda me apresentava como homem.

O autismo no feminino sempre foi alvo da minha observação e do meu trabalho como escritora. Algumas pessoas estranharam esse foco porque, para todos os efeitos, eu era homem. Não obstante, em minhas pesquisas, deparei-me com o fato de que a questão do feminino no TEA é um problema, já que muitas mulheres são subdiagnosticadas (ATTWOOD, 2006; HAPPÈ, 2012; ZENER, 2019; MENDONÇA, 2019). Ademais, senti falta de representatividade feminina no autismo. Por exemplo, quando eu era adolescente, nos anos 2010, busquei mais referências midiáticas de autistas mulheres, como a roqueira Courtney Love e a atriz Daryl Hannah.

Embora o *bullying* que eu sofri fosse potencializado por desafios de interação social e questões sensoriais, a raiz das agressões muitas vezes se encontrava em minha feminilidade, no meu jeito “afetado” e “afeminado” de ser. Da mesma forma que pessoas trans muitas vezes não são consideradas homens nem mulheres no trato social; autistas de grau 1 de suporte, em diversos momentos, não são percebidos como suficientemente autistas ou típicos. Eu tive dificuldades em compreender os motivos pelos quais um dos profissionais responsáveis pelo

meu tratamento antes da transição compreendia a transgeneridade como uma espécie de outro diagnóstico, apesar de que transgeneridade não é algo diagnosticável como anorexia, exemplo que foi citado por ele para ilustrar o porquê deveria investigar se eu era mesmo trans, a despeito do que eu já afirmava há anos de tratamento (FIGURA 17).

Figura 17 – Postagem de Miguel Yuri sobre seu psicólogo



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/migitsuu/status/1410428301735251974>).

O autor da postagem se revela surpreso positivamente com o próprio psicólogo, que, mesmo não pertencendo ao universo trans, não se mostra inadequado em comentários sobre transgeneridade. Miguel Yuri também relembra um momento de sua vida em que, talvez por negação, não assumia para si a transgeneridade, embora hoje perceba vários elementos de ser um homem trans já naquela época (FIGURA 18).

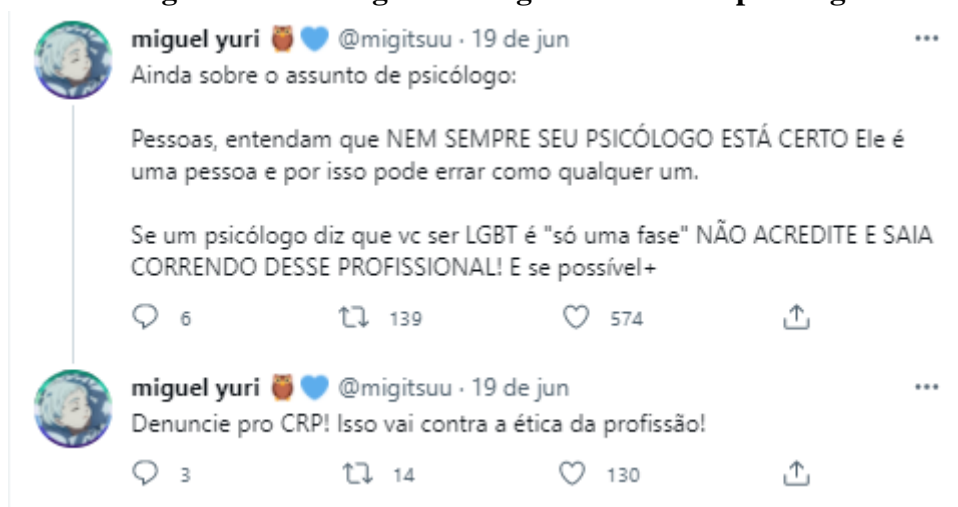
Figura 18 – Postagem de Miguel Yuri sobre adolescência



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/migitsu/status/1410629133919522821>).

Não cabe a mim, nem é minha intenção, demonstrar uma desvalia em relação ao saber biomédico e psiquiátrico ou psicológico, ambos de extrema importância para o acompanhamento e a qualidade de vida de pessoas transgênero e/ou autistas. O que me chateia com relação à maneira como fui tratada por alguns profissionais é a falta de reflexão crítica por parte deles, o que me fazia notar uma tendência a se estabilizarem em estereótipos e senso comuns e se revestirem como autoridades (FIGURA 19).

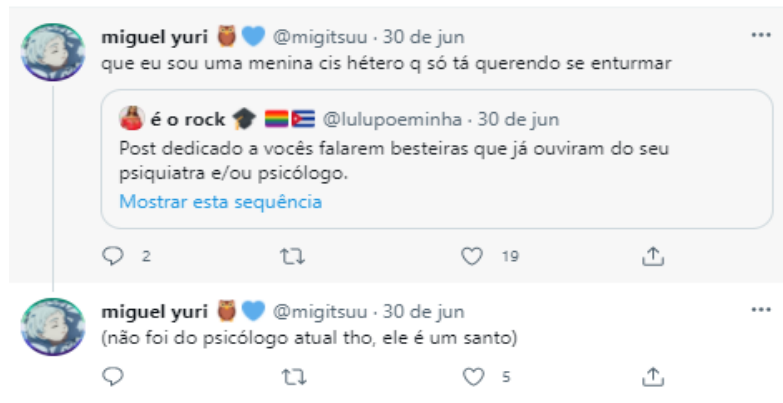
Figura 19 – Postagem de Miguel Yuri sobre psicólogos



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/migitsu/status/1406383055519072258>).

Miguel Yuri denuncia a postura antiética de alguns profissionais de saúde que, em um papel que não lhes cabe, afirmam que a orientação sexual ou identidade de gênero pode ser somente “uma fase”. Em outras postagens, ele revela que tanto sua identidade de gênero como sua condição de autista já foram invalidadas por psicólogos (FIGURAS 20 e 21).

Figura 20 – Postagem de Miguel Yuri sobre fala de psicólogo



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/migitsu/status/1410409219799592964>).

Figura 21 - Postagem de Miguel Yuri sobre falas acerca do autismo



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/migitsu/status/1410410063060144128>).

Sabemos que nem o autismo nem a transgeneridade são condições que, *a priori*, estabelecem marcadores físicos, o que aparenta colaborar para o reforço de uma lógica de invalidação dessas questões. Um dos profissionais que acompanhou meu tratamento para o autismo disse que a transgeneridade era algo da minha intimidade e que não deveria ser comentado sequer com os meus pais, o que novamente parecia conferir uma lógica marginal à minha transição, cujas características de aparência mais evidentes, cedo ou tarde, iriam aparecer.

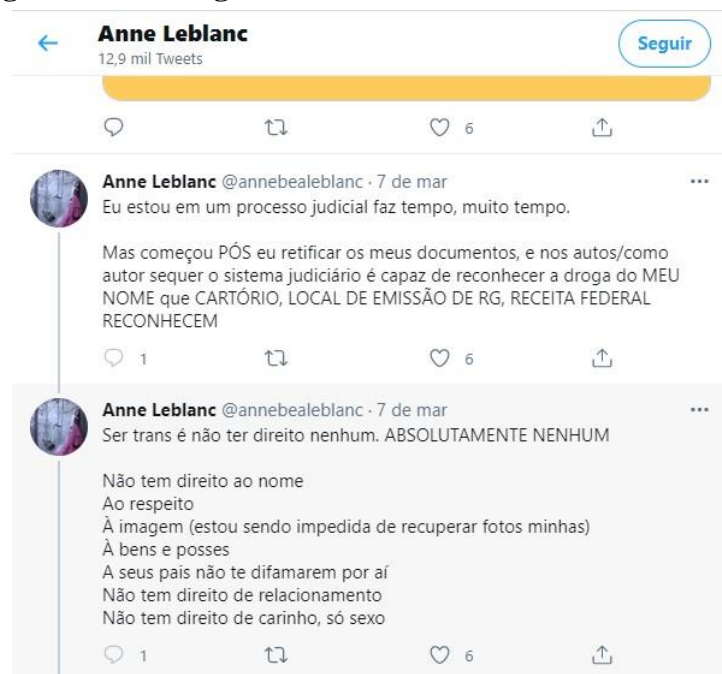
Paralelamente a isso, ele falava para eu elencar os “prós” e “contras” sobre seguir com a transição social e me dizia que as minhas demandas eram as de um homem gay, apesar de eu já enfatizar em vários momentos que o meu desejo por práticas sexuais era escasso e não tinha

experiência sexual à época. Outro profissional que me acompanhou na adolescência chegou a, literalmente, rir quando a questão da transgeneridade foi relatada. Segundo ele, eu nunca havia me apaixonado. Conforme esse ponto de vista, eu somente poderia ‘saber’ minha identidade quando me apaixonasse, mesmo que orientação sexual nunca tenha sido critério diagnóstico para incongruência de gênero.

4.4 Transfobia, violência e capacitismo

Para a pesquisadora transgênero Viviane Vergueiro (2016, p. 252), a cisgeneridade denota “corporalidades e identidades de gênero que, em suas características e autoidentificações, estejam alinhadas às ideias de corpos e identidades de gênero ‘normais’, ‘não transtornados’, ‘biológicos’.” Segundo a autora, é crucial “notar como alguns conceitos – como a de “sexo biológico” – têm na sua própria naturalização – em oposição ao gênero “cultural” – uma maneira de produção da cisgeneridade enquanto normatividade” (VERGUEIRO, 2016, p. 258). Assim, estar fora da norma pode impactar e prejudicar o cotidiano de quem não se identifica com o sexo atribuído no nascimento (FIGURA 22)

Figura 22 – Postagem de Anne LeBlanc sobre direitos trans



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/annebealeblanc/status/1339937366505627650>).

Anne LeBlanc comenta sobre um processo judicial para retificação de documentos. Quando passei pela mesma situação, lembro-me que minha mãe lamentou não poder me ajudar,

devido a sua fobia social que tornava tortuosa sua ida a cartórios e outros locais onde precisaria de documentos comprobatórios, como atestado de que não havia cometido algum crime, para consolidar a mudança de sexo e gênero nos documentos. Eu fiz tudo com o suporte de um amigo que, à época, trabalhava como motorista. Foi bastante tranquilo, uma situação com certeza diferente de quando eram necessárias operações judiciais para essas alterações.

Anne também relata sua situação de não ter acesso a direitos como mulher transgênero e menciona, como fatores, o desrespeito e a difamação para consigo e as dificuldades com relacionamentos, dentre outros. Embora pessoas cis autistas também costumem relatar desafios no campo afetivo-amoroso (PESSOA; MENDONÇA, 2021), a discriminação de uma identidade de gênero fora da norma complexifica ainda mais essa e outras situações (FIGURA 23).

Figura 23 – Postagem de Anne LeBlanc sobre médico



Fonte: Twitter (<https://twitter.com/annebeleblanc/status/1368654486395363328>).

Anne LeBlanc relata vivências em que o psiquiatra que a acompanhava antes da transição agiu de forma transfóbica e, depois, demonstrou surpresa por ela ter conseguido retificar o gênero. Em outra postagem, Anne discorre sobre uma situação em que viveu simultaneamente transfobia e capacitismo (FIGURA 24).

Figura 24 – Postagem de Anne LeBlanc sobre pessoa transfóbica e capacitista



Fonte: Twitter (<https://twitter.com/annebealeblanc/status/1410447743471034369>).

A autora comenta estar satisfeita por outras pessoas a terem defendido em tal situação. A transfobia, entretanto, não se restringe à violência simbólica ou comunicacional (FIGURA 25).

Figura 25 – Postagem de Dan Aley sobre violência trans

Dan Aley @Dan_Aleyy

peças cisgenero dizendo que "não entendem o porquê" do adolescente ter queimado Roberta, travesti em situação de rua, aqui em Recife. cisgeneros realmente não fazem ideia do que é ser trans, especialmente transfem, nesse país. vocês acham mesmo que transfóbico tem "motivação"?

11:47 AM · 26 de jun de 2021 · Twitter for iPhone

404 Retweets 9 Tweets com comentário 1.599 Curtidas

Tweete sua resposta Responder

Dan Aley @Dan_Aleyy · 26 de jun

Em resposta a @Dan_Aleyy

a "motivação" é o ódio. não espere que um agressor/assassino diga "ah porque aconteceu X coisa" não precisa acontecer nada p que corpos trans sejam tratados como lixo, essa é uma realidade que poucos se importam mas que um número absurdo de pessoas trans se sujeita todo santo dia

1 37 268

Dan Aley @Dan_Aleyy · 26 de jun

50% do corpo queimado. e como se não bastasse, ela ainda está sofrendo transfobia DENTRO do próprio hospital da restauração. ao chegar foi colocada na ala masculina, a assistente social responsável pelo caso SÓ se refere a ela no masculino.

1 21 239

Dan Aley @Dan_Aleyy · 26 de jun

porque nem MORRENDO ligam pra vidas trans, nem nas situações mais MISERAVEIS se importam com um MINIMO. isso é um desprezo, uma desumanização que não consigo nem colocar em palavras

25 238

Fonte: Twitter (https://twitter.com/Dan_Aleyy/status/1408799015890739201).

Dan Alley reflete sobre a dificuldade de pessoas cisgênero compreenderem que não há “motivação” além do “ódio” para o assassinato de pessoas trans, que, mesmo mortas, não provocam comoção. Diferentemente de uma transição que leva a alterações no corpo, o autismo pode trazer desafios muito mais sutis, mas que nem por isso deixam de ser significativos (FIGURA 26). Um exemplo muito marcante em minha vivência são as dificuldades com percepções de necessidades básicas do dia a dia, como notar a sensação de que um mal-estar pode significar fome ou vontade de ir ao banheiro. Posso ficar muito tempo sem me alimentar ou fazer necessidades fisiológicas, o que traz impactos à minha saúde de forma integral.

Figura 26 – Postagem de Miguel Yuri sobre ter uma deficiência invisível



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/migytuu/status/1413946875015741448>).

Miguel Yuri discorre sobre a situação em que uma pessoa foi capacitista sem perceber que ele era autista. Características de pessoas autistas podem ser lidas como “defeitos” por leigos. Muitas vezes temos nossas atitudes mal interpretadas como grosseria, preguiça ou vontade de chamar a atenção.

4.5 Ativismo, acolhimento, verificação e apagamento

De maneira similar ao que ocorre com outras pessoas com o mesmo diagnóstico que o meu, os diálogos em mídias sociais se tornaram foco de boa parte do meu tempo livre quando comecei a perceber a repercussão do meu canal *Mundo Autista*. Eu estava iniciando a faculdade e, embora tivesse amigos com quem conversava e fazia os trabalhos presencialmente, ainda não tinha muita interação com eles no período fora das aulas. Não tinha com quem dividir algumas reflexões de caráter, por vezes, pessoal, então as publicava no *Facebook*, porque lá havia pessoas que se interessavam pelo que eu escrevia e apreciavam a articulação do meu pensamento.

No entanto, como eu também já era uma figura pública, quando mais jovem, era sempre muito difícil dosar o que deveria ou não ser publicado, o que talvez fosse íntimo ou ainda não estava suficientemente amadurecido para ser compartilhado. Em alguns momentos nos quais a minha avaliação sobre isso não se revelou tão apurada, sofri retaliações que me afetaram a trajetória pessoal e profissional, inclusive fora do ambiente digital. Depois de um acontecimento traumático específico, passei a avaliar ainda melhor as minhas publicações: certa vez, publiquei o comentário de um psiquiatra favorável a determinado posicionamento, ligado a um projeto do *Mundo Autista*, nas mídias sociais. Ele me chamou a seu consultório e alertou das críticas que estava recebendo por essa posição e propôs uma mudança significativa no conteúdo do trabalho. Eu e minha mãe o dispensamos da produção, mas tivemos crises muito intensas de choro logo após essa situação, porque isso envolvia um aspecto pessoal da nossa trajetória. Hoje, tenho uma reticência em publicar reflexões que envolvam outras pessoas.

De maneira geral, porém, as mídias sociais foram um local onde pude materializarlaços com outras pessoas em condições similares às que apresento. Para mim, é mais fácil escrever e interagir por meio delas do que expressar-me em encontros presenciais, que trazem uma maior dificuldade para que eu perceba nuances comunicacionais. Além disso, as mídias sociais permitem que eu desenvolva meus pensamentos sobre temas bastante específicos e que afetam aqueles com quem interajo virtualmente. Assim, embora eu tenha umdéficit na comunicação social, ele se faz presente em menor intensidade quando tenho essas possibilidades de contato. A meu ver, isso seria o início da concretização da acessibilidade afetiva, pois me permite criar vínculos com outros sujeitos, independentemente das minhas dificuldades comunicativas.

O *Twitter* se revela uma mídia na qual as pessoas autistas transgênero conseguem construir novas textualidades e fornecer suporte mútuo (GRATTON, 2020). Em certa medida, observamos a materialização da “acessibilidade afetiva” (PESSOA, 2018) (FIGURA 27)

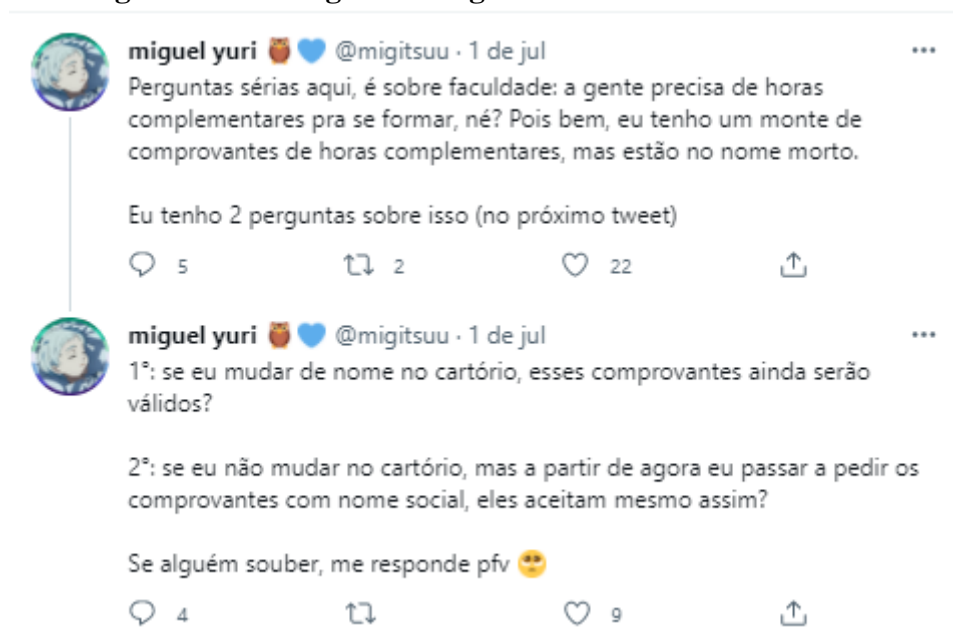
Figura 27 – Postagem de Anne LeBlanc sobre se assumir



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/annebealeblanc/status/1407381971127386113>).

Anne LeBlanc revela as várias perdas que enfrentou após se assumir LGBTQIA+, entretanto, ela compartilha no *Twitter* as novas vitórias e amizades que também conquistou. As mídias sociais favorecem essa interação para autistas trans (GRATTON, 2020) (FIGURA29).

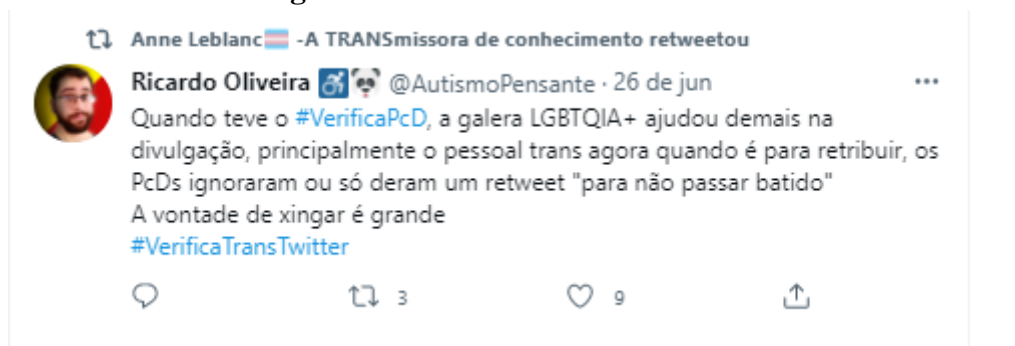
Figura 28 – Postagem de Miguel Yuri sobre retificar o nome



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/migitsuu/status/1410731119272628227>).

Miguel Yuri pergunta sobre a retificação de nome e expõe seus anseios e desafios concretos com relação a esse processo. Sobre representatividade, Dalcastagnè (2007, p. 20) observa que “está em questão a diversidade de percepções do mundo, que depende do acesso à voz e não é suprida pela boa vontade daqueles que monopolizam os lugares de fala”. Apesar de fortalecer o suporte entre pessoas com características semelhantes, a mídia social, assim, também evidencia uma estrutura opressiva em relação a grupos minoritários (FIGURAS 29 e 30).

Figura 29 – Retweet de AnneLeBlanc



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/AutismoPensante/status/1408777446736941057>).

Figura 30 – Postagem de Anne LeBlanc sobre #VerificaTransTwitter



Fonte: *Twitter* (<https://twitter.com/annebealeblanc/status/1410451490548944896>).

Anne LeBlanc retuita uma postagem na qual o autor pede suporte a pessoas transgêneras que foram importantes para o movimento #VerificaPCD, na ação para também serem verificadas. Uma conta com esse *status* no *Twitter* ganha um selo azul que denota a sua

relevância ao interesse público. Ela critica o fato de que, mesmo com todo o trabalho para a verificação, perfis trans ainda são dificilmente verificados pela mídia social.

A falta de legitimação e possibilidades de visibilidade na construção de conhecimento por indivíduos trans se estende a outras searas. Vergueiro (2016) destaca as ausências de pessoas transgêneras na produção de saberes acadêmicos, “fato que convive com crescentes presenças trans travestis enquanto objeto e tema de estudos nestes espaços: estas ausências e presenças marginais podem impedir e dificultar que demandas destas comunidades emergjam na academia” (VERGUEIRO, 2016, p. 257). Dessa forma, embora haja uma demanda atual por produções que envolvam a transgeneridade, ainda é raro que as pessoas trans tenham voz ativa nesse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foram raros os momentos em que amigos pesquisadores ou professores destacaram o ineditismo da temática aqui abordada, principalmente na área da Comunicação Social e no Brasil. Como citado ao longo da dissertação, há estudos quantitativos robustos que corroboram a elevada incidência dessa interseccionalidade, assim como algumas pesquisas qualitativas que nos dão pistas sobre como a relação entre autismo e trans se expressa. Contudo, a maioria considerável desses trabalhos encontra-se em língua inglesa e tem como foco estatísticas ou direcionamentos para a prática clínica de profissionais que lidem com o TEA. Embora essas contribuições sejam relevantes para alertar sobre a existência de autistas trans, elas talvez sejam apenas o primeiro passo para buscar uma compreensão mais sensível do que seriam essas experiências.

A dissertação também não tem a pretensão de representar todos os dramas e possibilidades que atravessam o cotidiano de indivíduos transgêneros e autistas, algo impossível para o recorte de uma pesquisa, ainda mais se consideramos outros marcadores envolvidos, tais como etnia e classe social. Em vez disso, um ponto-chave do trabalho foi observar como os perfis monitorados, todos brasileiros, constroem as suas próprias narrativas de vida no *Twitter*, um ambiente que, embora traga publicações visíveis ao público em geral, favorece possibilidades de conversação espontânea e corriqueira. Assim, são tecidos diálogos entre os relatos dos perfis monitorados e a minha própria trajetória, o que me possibilita refletir não apenas sobre discriminação e deslegitimação na vida cotidiana dos participantes dessa pesquisa, mas também acerca das possibilidades que se abrem e se fecham na busca por apoio e visibilidade às demandas dessa população.

No meu exame de qualificação, uma observação da professora Camila Mantovani me tocou profundamente. Ela disse que o poder da minha atuação nesse trabalho é sair de um lugar de objeto de pesquisa no qual todos têm algo a dizer sobre mim, ao mesmo tempo em que não fujo desses diálogos que os leigos e pesquisadores me apontam. Assim, nesta dissertação, tomei como ponto de partida a minha experiência como produtora de conteúdo trans e autista para refletir sobre minhas condições e vivências, além de buscar interações com áreas diversas do conhecimento, tais como a sociologia e a psicologia. Dessa forma, desejo que investigações futuras levem em maior consideração essa lógica de encontro, em vez de uma análise hierarquizada. Para que isso ocorra, parece crucial a união de saberes empíricos e conversas interdisciplinares para pensarmos em novas e efetivas possibilidades de suporte para um subgrupo negligenciado tanto das discussões sobre gênero como dos debates sobre autismo e deficiência em geral.

REFERÊNCIAS

- ABRIL, Gonzalo. *Análisis crítico de textos visuales*. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.
- AGGIO, Camilo. Campanhas Online: O percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 426-445, 2010.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. *Cartografias Contemporâneas: espaço, corpo, escrita*. Rio de Janeiro, 2015.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition*. Washington, D.C., Virginia: Letras, 2015.
- ARMSTRONG, Thomas. *Neurodiversity: discovering the extraordinary gifts of autism, ADHD, dyslexia, and other brain differences*. Philadelphia, PA: Da Capo Press, 2010.
- ASHLEIGH *et al.* LGBTQ+ and autism spectrum disorder: Experiences and challenges, *International Journal of Transgender Health*, 21:1, 98-110, 2020.
- ATTWOOD, Tony. O padrão de capacidades e de desenvolvimento das raparigas com Síndrome de Asperger ATTWOOD, Tony *et al.* *Asperger no feminino*. Lisboa: Verbo, 2006. p. 15-22.

AUTISMO e o paradigma da neurodiversidade, O. Mundo Autista, 2020. Disponível em: <<https://omundoautista.uai.com.br/o-autismo-e-o-paradigma-da-neurodiversidade/>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

BARROS, Priscilla Magalhães; HAZIM, Isabel. Avaliação das funções executivas na infância: revisão dos conceitos e instrumentos. *Psicologia em pesquisa*, v. 7, n. 1, p. 13-22, 2013.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

BENEVIDES, Bruna G (org).. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BRASIL. Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019. *Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010*. Órgão: Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais/Conselho Federal de Medicina. Diário Oficial da União, Brasília, 09 de janeiro de 2020. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294#:~:text=II%20desta%20Resolu%C3%A7%C3%A3o.-,Art.,\(dezoito\)%20anos%20de%20idade](https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294#:~:text=II%20desta%20Resolu%C3%A7%C3%A3o.-,Art.,(dezoito)%20anos%20de%20idade)>. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

BRAGA, Adriano. *Usos e consumo de meios digitais entre participantes de weblogs; uma proposta netnográfica*. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_162.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2019.

LOURO, Guacira Lopes Louro. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CAMPBELL, Fiona Kumari. *Countous of Ableism: the production of disability and abledness*. Londres: Editora Palgrave Macmillian, 2009. 248p.

CARVALHO, C.A. Com a mídia, sem a mídia, contra a mídia: reflexões sobre o processo de midiaticização e o midiacentrismo. ALZAMORA G., CARVALHO C. A., LEAL, B. (orgs.). *Textualidades midiáticas*. Selo PPGCom, 2018.

CLOSE, Roberta. De Frente com Gabi - Roberta Close. [Entrevista concedida a] Marília Gabriela. SBT, 1998.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Selma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafos*, v. 5, n. 1, p. 7-17, 2017.

COSTA, Fabrício Veiga. Apresentação. In: VAZ, Flávio Marcos de Oliveira. *Transgeneridade infantil para além do binarismo*. Salvador: Devires, 2021.

DALCASTAGNÈ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. *Letras de hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 18-31, 2007.

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*, São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DE ANTONI, Andrea; DUMOUCHEL, Paul. *The Practices of Feeling with the World: Towards an Anthropology of Affect, the Senses and Materiality - Introduction*. Japanese Review of Cultural Anthropology, 2017.

DECEMBER, J. *What is computer-mediated communication?* (1996) Disponível em: <[https://www.december.com/john/study/cmc/what.html#:~:text=John%20December&text=Computer%20Mediated%20Communication%20\(CMC\),%2C%20transmitting%2C%20and%20decoding%20messages.](https://www.december.com/john/study/cmc/what.html#:~:text=John%20December&text=Computer%20Mediated%20Communication%20(CMC),%2C%20transmitting%2C%20and%20decoding%20messages.)>. Acesso em: 1 de dezembro de 2021.

DEKKER, M. *On Our Own Terms: Emerging Autistic Culture*. Disponível em: <www.autscape.org/2015/programme/handouts/Autistic-Culture-07-Oct-1999.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

DELEUZE, G. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996.

DEL MONDE, R. *O que é o transtorno do espectro autista?* Victor Mendonça (org.) *Neurodivergentes: autismo na contemporaneidade*. Belo Horizonte: Manduruvá Edições Especiais, 2019.

DENZIN, Norman. *Autoetnografia interpretativa*. Revista Investigação Qualitativa. 2017. Disponível em: <<https://ojs.revistainvestigacioncualitativa.com/index.php/ric/article/viewFile/77/43>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência?*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FREITAS, Laleska; LIMA, Ivaldo. *Ideologia cisheteropatriarcal, contenção (cishetero) territorial e o videoclipe "flutua"*. Desfazendo Gênero, 2019.

GRATTON, Finn V. *Supporting transgender autistic youth and adults*. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 2020.

GRIFFIN, Nathan Sthepens; GRIFFIN, Naomi. *A millennial methodology? Autoethnographic research in do-it-yourself (diy) punk and activist communities*. Forum: Qualitative Social Research. 2019. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/3206/4426>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

GUIDI, D.; MORICEAU, J.L., PAES, I. Sobre viver. In: PESSOA, S. C.; MARQUES, A. S.; MENDONÇA, C. M. C. (Org.). *Afetos: pesquisas, reflexões e experiências em encontros com Jean-Luc Moriceau*. Belo Horizonte: Selo PPGCom, 2019

HALL, Jean P. *et al.* Health disparities among sexual and gender minorities with autism spectrum disorder. *Journal of autism and developmental disorders*, vol. 50, n. 8, p; 3071-3077, 2020.

HAPPÉ, Francesca *et al.* How different are girls and boys above and below the diagnostic threshold for autism spectrum disorders?. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, v. 51, n. 8, p. 788-797, 2012.

HARDT, M. Foreword. In: CLOUGH, P.T.; HALLEY, J. (orgs). *The affective turn – theorizing the social*. Durham and London: Duke University Press, 2007.

HULL, L. et al. Is social camouflaging associated with anxiety and depression in autistic adults?. *Molecular Autism* v. 12, p. 1-13, 2021.

HULL, Laura; PETRIDES, K. V.; MANDY, William. Development and validation of the camouflaging autistic traits questionnaire (CAT-Q). *J Autism Dev Disord*, v. 49, n. 3, p. 819-833, 2019.

INTROVERTENDO: anti-neurodiversidade. Locutores: Carol Cardoso e Tiago Abreu. 7 mai. 2021. Podcast. Disponível em: < <https://www.introvertendo.com.br/podcast/introvertendo-172-anti-neurodiversidade/>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

INTROVERTENDO: neurodiversidade. Entrevistada: Raquel Del Monte. Entrevistadores: Luca Nolasco, Tiago Abreu e Victor Mendonça. 17 jun. 2020. Podcast. Disponível em: < <https://www.introvertendo.com.br/podcast/introvertendo-110-neurodiversidade-raquel-del-monde/>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

KRAEMER, B. et. al. Comorbidity of asperger syndrome and gender identity disorder. *European Child Adolescent Psychiatry*, v.14, p. 292–296, 2005.

LEJEUNE, P. *Le Pacte autobiographique*. Paris : Points/Essais, 1996.

KRISTEVA, J. *Powers of horror: an essay on abjection*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1982.

LAWSON, W. B. Foreword. In: MENDES, E. A.; MARONEY, R. M. *gender identity, sexuality and autism: voices from across the spectrum*. Jessica Kingsley Publishers: Londres, 2019.

LEAL, Bruno Souza. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: ALZAMORA, Geane; CARVALHO, Carlos Alberto; LEAL, Bruno (orgs.). *Textualidades Midiáticas*. Belo Horizonte: Selo PPGCom, 2018. p. 17-33.

LEAL, B.S.; CARVALHO, C.A; ANTUNES; E. Desafios metodológicos à pesquisa sobre gênero e Comunicação: reflexões a partir de narrativas de um problema cotidiano. In: LEAL, B.S.; CARVALHO, C.A; ANTUNES; E. (orgs.). *Um Problema Cotidiano: Jornalismo e violência contra a mulher no Brasil*, 2020.

MACHADO, Ida Lúcia. *Narrativas de vida: Saga Familiar & Sujeitos Transclasse*.

MENDES, Eva A.; MARONEY, Meredith R. *Gender identity, sexuality and autism: voices from across the spectrum*. Jessica Kingsley Publishers: Londres, 2019.

MENDONÇA, S. S. *Transição social*. Revista Autismo, São Paulo, VI, 11, p. 30-31, dez. 2020.

MENDONÇA, S. S. Transtorno do espectro autista e a camuflagem social: diálogos afetivos com inspiração etnográfica. MENDONÇA, Sophia; SILVA, Selma Sueli. *Autismo no Feminino: a voz da mulher autista*. Mundo Asperger, 2022

MENDONÇA, Victor. O Espectro no feminino. In: MENDONÇA, Victor. *Neurodivergentes: Autismo na Contemporaneidade*. Belo Horizonte: Manduruvá Edições Especiais, 2019. p. 39-66

MILTON, Damian. On the ontological status of autism: the 'double empathy problem'. *Disability & Society*, v. 27, n. 6, p. 883-887 2012.

MILTON, Damian. Here comes the trouble: autism and gender performance. KOURTI, Marianthi. *Working with autistic transgender and non-binary People: Research, Practice and Experience*. Jessica Kingsley Publisher: Londres, 2021.

MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. São Paulo: Autêntica Editora, 2012

MORICEAU, J. L. *Afetos na pesquisa acadêmica*. Belo Horizonte: PPGCOM, 2020.

_____. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. In: PRATA, N.; S.C. PESSOA. *Desigualdades, gêneros e comunicação*. INTERCOM, 2019.

_____. Une approche affective de la communication organisationnelle, *Revue française des sciences de l'information et de la communication*, n. 9, 2016.

MUNDO autista. A comunicação do autista na vida diária. Youtube, 11 out. 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=HMksn0PtwKA&t=411s&ab_channel=MundoAutista>.

Acesso em: 11 jan. 2022.

MUNDO autista. Autismo e interseccionalidade. Youtube. 29 out. 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=rZ5PChwJ2fo&ab_channel=MundoAutista>.

Acesso em: 11 jan. 2022.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

OLIVER, Michael; BARNES, Colin. *Disabled people and social policy: from exclusion to inclusion*. London: Longman, 1998.

ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, v. 14, p. 477-509, 2008.

ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência & saúde coletiva*, v. 14, p. 67-77, 2009.

PILOT (Temporada 1, ep. 1). *Pose* [seriado]. Direção: Ryan Murphy. Produção: Ryan Murphy, Brad Falchuk e Steve Canals. FX: Nova York, 2018.

PESSOA, S. C. *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. Belo

Horizonte: Selo PPGCom, 2018.

PESSOA, S. C.; MARQUES, A. S.; MENDONÇA, C. M. C. Conversações afetivas: modos plurais de acolher diferenças, performatividades e subjetividades na pesquisa. PESSOA, S. C.; MARQUES, A. S.; MENDONÇA, C. M. C. (Org.). *Afetos: pesquisas, reflexões e experiências em encontros com Jean-Luc Moriceau*. Belo Horizonte: PPGCOM, 2019.

PESSOA, S. C., MENDONÇA, S. S. Transtorno do espectro autista e acessibilidade amorosa. SOARES, Ângela Mathylde; CAPOVILLA, Fernando Cêsar; SIMÃO, Jalmiris Regina Reis; NEVES, Luís Miguel. *Caminhos da aprendizagem e inclusão: entretecendo múltiplos saberes*. v.3.. Belo Horizonte: Artesã, 2021.

PRADO, M. A. M. Entre a intimidade, o afeto e a transição: gênero, conhecimento e poder através das narrativas. In: PRATA, N.; S.C. PESSOA. *Desigualdades, gêneros e comunicação*. São Paulo: INTERCOM, 2019.

PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. Londres e Nova York. Taylor e Francis e-Library. 2003.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: N-1 Edições, 2004.

PRECIADO, Paul. *Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020,

RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: 34 Literatura S/C Ltda, 1996.

REA, Caterina. *Crítica queer of color e deslocamentos para o sul global*. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2017.

RECUERO, Raquel. *A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. A Economia do Retweet: Redes, Difusão de Informações e Capital Social no Twitter. *Revista Contracampo*, Niterói, v. 24, n. 1, p. 19-43, 2012.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; MARTINS, Bruno Guimarães; ANTUNES, Elton. Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. *Revista FAMECOS*, v. 24, n. 3, p. 1-17, 2017.

Revelação. Direção de Sam Feder. Netflix, França. Plataforma de streaming, 2, 2020. SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2016.

RUDACILLE, Deborah. *The Riddle of Gender: Science, Activism and Transgender Rights*. Nova York: Pantheon, 2005.

RUSSELL G. (2020) Critiques of the neurodiversity movement. In: *Kapp S.* (eds) *Autistic Community and the Neurodiversity Movement*. Palgrave Macmillan, Singapore.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SILBERMAN, Steve. *NeuroTribes: the legacy of autism and the future of neurodiversity*. Nova York: Avery, 2015.

SILVA, M. *Eu, elas nós mulheres com deficiência: observações afetivas em vídeos do YouTube*. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

SILVA DE MENDONÇA, S.; CALDAS PESSOA, S. Acessibilidade afetiva por e para autistas na pandemia da COVID-19. *Culturas Midiáticas, [S. l.]*, v. 15, p. 21, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2763-9398.2021v15n.59942. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/59942>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SINGER, Judy. *Neurodiversity: The birth of an idea*. Lexington, 2017.

SINGER, J. Why can't you be normal for once in your life?' From a 'problem with no name' to the emergence of a new category of difference. In: M. Corker & S. French (orgs.). *Disability discourse*. Buckingham, Philadelphia: Open University Press. p. 59-67, 1999.

SPINOZA, Benedictus de. *Ethica/Ética*, Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STEWART, Kathleen. *Ordinary Affects*. Carolina do Norte. Duke University Press, 2007.

STRANG, John F. et al. Increased Gender Variance in Autism Spectrum Disorders and Attention Deficit Hyperactivity Disorder. *Arch Sex Behav*, v. 43, p. 1525–1533, 2014.

STRYKER, Susan. *Transgender History: The roots of today's revolution*. Nova Iorque: Seal Press, 2017.

SOLOMON, Andrew. *Longe da árvore: pais, filhos e a busca de identidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Untold: Caitlyn Jenner. Direção de Crystal Moselle. Netflix, Estados Unidos. Plataforma de streaming, 2021

VALÉRIO, João. Prefácio. In: VAZ, Flávio Marcos de Oliveira. *Transgeneridade infantil para além do binarismo*. Salvador: Devires, 2021.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [on-line]*. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270.

VIZER, E.A. *A trama (in) da vida social: comunicação sentido e realidade*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

WALKER, Nick. Throw away the master's tools: liberating ourselves from the pathology paradigm. (In) BASCOM, Julia; WALKER, Nick. *Loud Hands: Autistic People, Speaking*. Washington, DC: Autistic Press, 2012.

WALKER, Nick. Neurodiversity: some basic terms and definitions. *Neurocosmopolitanism*. Disponível em: <<http://neurocosmopolitanism.com/neurodiversity-some-basic-terms-definitions>>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

WARRIER, Varun; GREENBERG, David M.; WEIR, Elizabeth et al. Elevated rates of autism, other neurodevelopmental and psychiatric diagnoses, and autistic traits in transgender and gender-diverse individuals. *Nat Commun*, v. 11, p. 1-12, 2020.

WITTIG, M. *The Straight Mind and other Essays*. Boston: Beacon, 1992

ZENER, Dori. Journey to diagnosis for women with autism. *Advances in Autism*, v. 5, n. 1, p. 2-13. 2019.

ZIPPEL, David; WILDER, Matthew. Reflection. AGUILERA, Christina. *Mulan: An Original Walt Disney Records Soundtrack*. Burbank, Califórnia: Walt Disney Records, 1998. Tradução letras.mus.br. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/christina-aguilera/700594/traducao.html>>